

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2019, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que trouxe consequências desafiadoras para nossas vidas, para a Companhia e a economia brasileira. Já nos primeiros meses da pandemia, agimos rapidamente, priorizando medidas preventivas adequadas à preservação da saúde e segurança de todos nossos colaboradores, bem como garantindo a saúde financeira da nossa Companhia e a continuidade da prestação do serviço com a mesma excelência de sempre.

Durante esse período realizamos um trabalho intenso e desafiador com interações com Ministério de Minas e Energia – MME, Agência Reguladora – Aneel e demais agentes do setor elétrico, para a criação da Conta COVID, um empréstimo bancário que antecipa recursos às distribuidoras ao mesmo tempo em que mitiga os impactos tarifários para o consumidor. Essa solução foi fundamental para garantir a liquidez do setor elétrico durante o ano, mitigando as pressões causadas pela redução da carga e o aumento da inadimplência sobre o caixa das distribuidoras no Brasil.

Mesmo com todos os desafios, o grupo CPFL Energia continuou bastante ativo neste ano em busca de crescimento de forma sustentável e com foco em todos seus stakeholders. Aumentamos os investimentos, promovendo melhorias na eficiência operacional e gestão, buscando adotar as melhores práticas no setor, continuamos com a implementação de inovação, digitalização e novas tecnologias em nossos negócios, visando maior eficiência dos nossos custos sempre acompanhando os desdobramentos dos cenários político e econômico do Brasil em seus mercados.

Finalmente, a administração da CPFL Energia reitera o compromisso e confiança com os acionistas, clientes, parceiros, sociedade e demais stakeholders, seguindo otimista quanto aos avanços do setor elétrico brasileiro e confiante em nossa plataforma de negócios, baseada em eficiência operacional, governança corporativa, sustentabilidade, disciplina financeira e crescimento sinérgico, cada vez mais preparada para enfrentar os desafios e oportunidades no país.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO (simplificado)

A CPFL Energia atua como *holding*, participando no capital de outras sociedades:



Distribuição



Comercialização



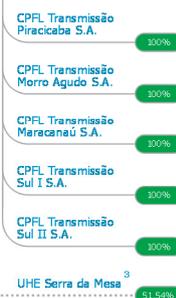
Serviços



Geração



Renováveis



Base: 31/12/2020

Notas:

- (1) RGE é controlada pela CPFL Energia (89,0107%) e pela CPFL Brasil (10,9893%);
- (2) CPFL Soluções = CPFL Brasil + CPFL Serviços + CPFL Eficiência;
- (3) Parcela de 51,54% da disponibilidade da potência e de energia da UHE Serra da Mesa, referente ao Contrato de Suprimento de Energia entre a CPFL Renováveis e Furnas;
- (4) CPFL Renováveis é controlada pela CPFL Energia (49,1502%) e pela CPFL Geração (50,8498%);
- (5) A Alesta está enquadrada no segmento "Outros". Para facilitar a visualização e por ter incorporado as ações da CPFL Total, está apresentada no segmento "Serviços".

2. Comentário sobre a conjuntura

AMBIENTE MACROECONÔMICO

Após uma forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular entre 2017 e 2019. A expectativa de uma recuperação mais forte em 2020 era consensual, porém foi frustrada pela chegada da pandemia de Covid-19.

A pandemia afetou a economia brasileira tanto pela recessão global e sua consequente exacerbção de riscos, com forte restrição das condições financeiras, como pela adoção de

medidas de restrição de circulação de pessoas no Brasil. O choque trazido pela pandemia impôs uma forte retração da economia no primeiro semestre do ano, especialmente no segundo trimestre. Ainda que a economia não tenha recuperado o patamar pré-Covid19, o bom desempenho na segunda metade do ano garantiu que o Brasil tivesse um desempenho relativamente bom na comparação com seus pares, em linha com o pacote de estímulos também mais ambicioso.

Em 2020, a combinação da pandemia e da manutenção da massa de renda (que, de fato, chegou a crescer em relação a 2019, quando se considera o Auxílio Emergencial) impactou a economia de duas maneiras: (i) houve um aumento da poupança, tanto por motivos precaucionais como pela redução das oportunidades de gastos (especialmente em serviços); e (ii) houve uma alteração no padrão de consumo das famílias, com maior apetite por bens consumidos nos lares (super e hipermercados, móveis e eletrodomésticos, material de construção) e redução de consumo de bens e serviços ligados à mobilidade (serviços prestados às famílias, combustíveis, transporte aéreo, etc).

A ocupação recuou de maneira recorde em decorrência da menor circulação; isso se refletiu numa inflação de serviços extremamente baixa, inédita, com núcleos de inflação também bastante abaixo da meta. Além disso, parte dos esforços de enfrentamento da pandemia contou com a postergação de reajustes de preços administrados, fazendo com que estes também encerrassem o ano de 2020 em nível excepcionalmente baixo.

Por sua vez, a ociosidade na indústria, amplificada no primeiro semestre, foi revertida no segundo semestre – com a recomposição de estoques incentivando níveis maiores de atividade, especialmente nos setores cujo consumo foi privilegiado pelos novos hábitos. Não obstante um nível maior de atividade, os preços industriais permaneceram relativamente bem acomodados, apesar de fortes altas no atacado. No cômputo final, a inflação encerrou o ano em 4,5%, ligeiramente acima do centro da meta, de 4%.

2020 se encerrou, assim, com a economia recuperando parte das perdas vivenciadas por conta do choque pandêmico, porém com menos medidas de estímulo à vista, tal recuperação dependerá fundamentalmente do progresso da vacinação como forma de contornar os efeitos da pandemia. Apesar de haver ainda muita incerteza com relação ao calendário vacinal no Brasil, estima-se que com as doses já contratadas (tanto da CoronaVac como da vacina da AstraZeneca/Oxford) será possível imunizar os grupos de risco no primeiro semestre do ano. Ainda que isso não seja suficiente para reduzir a circulação do vírus, deve aliviar sobremaneira os sistemas de saúde, possibilitando a normalização gradual das atividades.

AMBIENTE REGULATÓRIO

As principais alterações da regulação setorial de 2020 no segmento de distribuição são destacadas a seguir:

- 1) A ANEEL aprovou, através da REN nº 874/2020, a nova metodologia para o cálculo e a periodicidade da atualização da taxa regulatória de remuneração de capital (WACC) usada para revisão de tarifa ou receita de distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica. Para transmissoras e geradoras, foram aprovadas as taxas para 2018 (7,66%), 2019 (7,39%) e 2020 (6,98%). Para as distribuidoras, foi aprovada a taxa para 2020 (7,32%). A partir de agora, o WACC será atualizado e publicado anualmente pela ANEEL. A cada ano será aplicada a taxa vigente nos processos de revisão que ocorrerem naquele ano;
- 2) Em 17/03/2020, através da REN nº 877/2020, ocorreu a revisão metodológica do Fator X associado à produtividade (componente Pd) a ser aplicado às distribuidoras de energia elétrica a partir de 2020, bem como as novas versões dos Submódulos 2.5 e 2.5A dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET. O objetivo da nova metodologia é refletir o histórico recente dos ganhos de produtividade do segmento de distribuição de energia

elétrica e as variações conjunturais do mercado, nos reajustes tarifários anuais, a depender do contrato de concessão em análise;

- 3) Em 24/03/2020, a ANEEL aprovou a REN nº 878/2020, que estabeleceu medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da pandemia de covid-19. As medidas temporárias da ANEEL para a distribuição de energia abrangeram: (i) Vedar temporariamente a suspensão do fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais, rurais ou urbanos, e de serviços essenciais; (ii) Permitir a substituição da fatura mensal impressa por faturas eletrônicas ou código de barras; (iii) Permitir que as leituras sejam feitas em intervalos diferentes ou substituídas por autoleitura ou consumo médio nos últimos 12 meses; (iv) Permitir que as distribuidoras suspendam atendimento presencial e intensifiquem recursos automáticos no SAC; (v) Priorizar, nos atendimentos telefônicos, solicitações de urgência e emergência; e (vi) Priorizar restabelecimento de serviços e pedidos de ligação para locais de tratamento hospitalar da população.
- 4) Em 08/04/2020, foi publicada a Medida Provisória nº 950/2020, que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20/3/2020, e da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de covid-19. Tal medida provisória garantiu a isenção do pagamento das faturas de energia para os consumidores de baixa renda, beneficiários da tarifa social, por três meses. A MP também viabilizou a criação da Conta-Covid, operação de mercado estruturada para preservar a sustentabilidade de um setor de infraestrutura. Em paralelo, a Medida Provisória nº 949, também de 8 de abril de 2020, acresceu ao orçamento da ANEEL crédito extraordinário de R\$ 900 milhões e determinou que a Agência fizesse o aporte desse recurso na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para subsidiar os descontos autorizados;
- 5) A ANEEL aprovou, em 20/04/2020, duas medidas para amenizar o pagamento de encargos de transmissão por distribuidoras e consumidores livres no valor de aproximadamente R\$ 432 milhões. As medidas foram: Despacho nº 1106/2020, com a antecipação dos efeitos financeiros da Parcela de Ajuste para os meses de abril, maio e junho de 2020; e a Portaria nº 6.354/2020 com o adiamento da cobrança da Parcela de Ineficiência por Sobrecontratação das distribuidoras de 2019 para outubro de 2020;
- 6) Em 29/04/2020, a ANEEL, a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) e o Ministério de Minas e Energia (MME) assinaram o Memorando de Entendimentos para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Modernização do Ambiente de Negócios (PMA), reforçando o compromisso de união de esforços para contribuição do ambiente de negócios no Brasil;
- 7) Em 18/05/2020, foi publicado o Decreto nº 10.350/2020, que criou a Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento da pandemia de covid-19, e regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e deu outras providências;
- 8) Em 15/06/2020, a ANEEL decidiu prorrogar até 31 de julho os efeitos da REN nº 878/2020, mencionada no item 3 acima;
- 9) Em 23/06/2020, a REN nº 885/2020, regulamentou a Conta-Covid visando diluir os efeitos tarifários que seriam absorvidos pelos consumidores ao longo de 2020 e 2021. Para tanto, um *pool* de bancos realizou um empréstimo setorial que será quitado durante 5 anos a partir de 2021. A operação contou com a participação de 16 instituições financeiras, incluindo o BNDES, e tem custo total de CDI + 3,79% ao ano. Os empréstimos terão carência até julho de 2021 e vencimento em dezembro de 2025;
- 10) Em 30/06/2020, foram aprovados aprimoramentos nas regras relacionadas ao fornecimento de energia elétrica para o serviço de iluminação pública através da REN nº 888/2020. Procedimentos de Distribuição
- 11) Em 21/07/2020, a ANEEL aprovou a revisão da REN nº 878/2020. De acordo com as novas regras, diversas atividades deveriam ser retomadas pelas distribuidoras a partir de 01/08/2020, como o atendimento presencial ao público, a entrega da fatura impressa e o cumprimento de prazos e indicadores anteriormente exigidos. A ANEEL decidiu também

manter a proibição de cortes de energia por falta de pagamento para os consumidores classificados como Baixa Renda enquanto durar o estado de emergência da pandemia;

- 12) Em 01/09/2020, foi assinada a Medida Provisória nº 998/2020, com medidas adicionais às aquelas implementadas por meio da Medida Provisória nº 950/2020, com foco em amenizar impactos tarifários no médio e longo prazos;
- 13) A REN nº 896/2020, de 17/11/2020, estabeleceu critérios de saúde econômico-financeira e de qualidade do fornecimento de energia a serem atendidos pelas concessionárias de distribuição;
- 14) Em 17/11/2020, a ANEEL aprovou a REN nº 897/2020, que revogou 361 atos administrativos, sendo 122 normativos vigentes e 239 que já perderam a validade. A decisão reduz, simplifica e moderniza o chamado estoque regulatório do setor;
- 15) A ANEEL decidiu, em 30/11/2020, através do Despacho nº 3.364/2020, reativar a sistemática de acionamento das Bandeiras Tarifárias. Devido à queda no nível de armazenamento nos reservatórios das hidrelétricas, principalmente das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, e a retomada do consumo de energia, ao aplicar a metodologia, ficou estabelecida a bandeira vermelha Patamar 2 no mês de dezembro/2020, revogando a decisão que havia sido tomada em maio/2020 de manter a Bandeira Tarifária verde até 31 de dezembro, em função da pandemia. O valor da bandeira aplicado foi aquele homologado por meio da REN nº 872, de 18/02/2020;
- 16) Foi aprovado em 01/12/2020 o texto da REN nº 895/2020, que regulamentou novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A decisão cumpre o disposto no artigo 2º da Lei nº 14.052/2020, o qual determinou que a Agência regulamentasse os procedimentos para a repactuação. A resolução estabelece a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos termos da Lei;
- 17) A ANEEL aprovou, em 08/12/2020, através da REN nº 904/2020, o novo cronograma para processamento dos mecanismos de gestão da contratação de energia elétrica pelas distribuidoras e consolidou as normas que tratam de tais mecanismos. Na oportunidade também foram aprovadas novas modalidades dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits e do Mecanismo de Venda de Excedentes. A resolução aprovada terá vigência a partir de 01/01/2021. Adicionalmente, a ANEEL também determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) o envio, até 31/03/2021, dos novos módulos de Regras e Procedimentos de Comercialização, contendo as alterações propostas na resolução aprovada. Até que as mudanças sejam implementadas, os Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Existente e o Mecanismo de Venda de Excedentes serão processados considerando os produtos atualmente vigentes;
- 18) Foi aprovada em 15/12/2020 a REN nº 910/2020, com uma série de alterações formais à Resolução Normativa nº 843/2019 para viabilizar o início, em janeiro/2021, do preço horário para a comercialização de energia elétrica. A medida entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

Segmento de Distribuição

Reajuste Tarifário Anual (RTA):

As seguintes distribuidoras tiveram suas tarifas reajustadas conforme abaixo:

Reajustes tarifários anuais (RTAs)

	CPFL Santa Cruz	CPFL Paulista ⁽¹⁾	RGE ⁽¹⁾	CPFL Piratininga
Resolução Homologatória	2.668	2.670	2.697	2.792
Reajuste	10,71%	14,90%	15,74%	18,31%
Parcela A	4,79%	5,83%	8,25%	11,80%
Parcela B	-1,59%	0,26%	1,82%	3,96%
Componentes Financeiros	7,51%	8,80%	5,67%	2,55%
Efeito para o consumidor	0,20%	6,05%	6,09%	9,82%
Data de entrada em vigor	22/03/2020	08/04/2020	19/06/2020	23/10/2020

⁽¹⁾A ANEEL suspendeu a aplicação das novas tarifas de 2020 para a CPFL Paulista e RGE até 1º de julho de 2020, devido à pandemia da COVID-19. A diferença de receita desde a data de aniversário das Distribuidoras até 1º de julho foi repassada à Distribuidora por meio do empréstimo setorial "Conta COVID". Adicionalmente, para evitar descasamento de fluxo de caixa, a ANEEL concedeu desconto no pagamento da CDE à CCEE, no mesmo período, no valor estimado desta diferença de receita, a ser reembolsado parceladamente de julho a dezembro de 2020.

Segmento de Geração

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M, que é utilizado em nossos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), bilaterais e do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária Campos Novos Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

3. Desempenho operacional

VENDAS DE ENERGIA

Em 2020, o fornecimento de energia elétrica (quantidade de energia faturada para consumidores finais) totalizou 51.331 GWh, redução de 3,8% (2.044 GWh) em relação a 2019.

Destaca-se o desempenho das classes residencial, comercial e industrial, que juntas representam 82,9% do fornecimento de energia elétrica:

- **Classe Residencial:** aumento de 2,9%, refletindo principalmente o incremento de unidades consumidoras em 2020 em relação a 2019;
- **Classes Comercial e Industrial:** reduções de 8,8% e 10,1%, respectivamente, refletindo o fraco desempenho econômico no ano, impacto trazido pelo período de isolamento social e restrição de atividades devido à pandemia da covid-19, além dos efeitos das migrações dos clientes para a Rede Básica.

O suprimento de energia elétrica, por meio de outras concessionárias, permissionárias e autorizadas, atingiu 13.876 GWh, o que representou redução de 24,4% (4.475 GWh), devido principalmente à redução das vendas das comercializadoras (por meio de contratos bilaterais).

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Grupo manteve a estratégia de estimular a disseminação e o compartilhamento das melhores práticas de gestão e operação nas distribuidoras, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes.

A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras nos principais indicadores que medem a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica. O DEC (Duração Equivalente de Interrupções) mede a duração média, em horas, de interrupção por consumidor no ano e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções) indica o número médio de interrupções por consumidor no ano.

Distribuidora	Indicadores* DEC e FEC			
	DEC (horas)		FEC (n° vezes)	
	2020	2019	2020	2019
CPFL Paulista	6,81	6,72	4,27	4,38
CPFL Piratininga	5,83	6,49	4,32	4,34
RGE	10,83	14,01	5,27	6,25
CPFL Santa Cruz	4,89	5,56	3,68	4,25

*Valores anualizados

DESEMPENHO NO SEGMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 31 de dezembro de 2020, a capacidade instalada do segmento de Geração do grupo CPFL totalizava 4.305 MW, compreendendo 8 UHEs (1.966 MW), 45 parques eólicos (1.309 MW), 43 PCHs (473 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW), 2 usinas termelétricas (182 MW), 6 CGHs (4 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um portfólio de 3.350 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos dois projetos em construção, que totalizam 109,7 MW: (i) PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024; e (ii) Complexo Eólico Gameleira, com 81,7 MW de capacidade instalada, localizado no estado do Rio Grande do Norte, com entrada em operação prevista para meados de 2021, cerca de 2,5 anos antes da data prevista inicialmente no projeto.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita Operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 45.363 milhões, representando um aumento de 0,8% (R\$ 354 milhões), decorrente da reversão de um passivo financeiro setorial de R\$ 602 milhões para um ativo de R\$ 811 milhões, representando uma variação de R\$ 1.414 milhões, e dos aumentos: (i) de 10,2% em outras receitas operacionais (R\$ 549 milhões), (ii) de 23,2% na receita com construção da infraestrutura da concessão (R\$ 485 milhões), e (iii) de 38,4% na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 108 milhões). Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução de 3,6% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 1.131 milhões) e de 17,5% no suprimento de energia elétrica (R\$ 1.070 milhões).

As deduções da receita operacional foram de R\$ 14.464 milhões, apresentando uma redução de 4,1% (R\$ 612 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 30.898 milhões, representando um aumento de 3,2% (R\$ 966 milhões).

Geração Operacional de Caixa – EBITDA

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 6.780 milhões, um aumento de 6,0% (R\$ 386 milhões), refletindo principalmente o aumento de 3,2% (R\$ 966 milhões) na receita operacional líquida e pelo aumento de 17,3% (R\$ 61 milhões) na equivalência patrimonial. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 0,6% (R\$ 115 milhões) no custo com energia elétrica, pelo aumento de 1,5% (R\$ 52 milhões) nos custos e despesas operacionais, inclusive gastos com previdência privada.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2020	2019
Lucro Líquido	3.706.986	2.748.296
Depreciação e amortização	1.665.999	1.681.053
Amortização Mais Valia de Ativos	579	579
Resultado financeiro	315.974	726.247
Contribuição social	297.137	336.610
Imposto de renda	793.219	901.386
EBITDA	6.779.894	6.394.173

*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

Lucro Líquido

Em 2020, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 3.707 milhões, um aumento de 34,9% (R\$ 959 milhões), refletindo principalmente o aumento de 6,0% (R\$ 386 milhões) no EBITDA, a redução de 56,5% (R\$ 410 milhões) nas despesas financeiras líquidas, a redução de 11,9% (R\$ 148 milhões) de imposto de renda e contribuição social e a redução de 0,9% (R\$ 15 milhões) em depreciação e amortização.

Destinação do Lucro Líquido do Exercício

A política de dividendos da CPFL Energia estabelece que seja distribuído no mínimo 50% do lucro líquido ajustado, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	R\$ mil
Lucro líquido do exercício - Individual	3.643.149
Realização do resultado abrangente	25.547
Dividendo prescritos	837
Lucro líquido base para destinação	3.669.533
Reserva Legal	(182.157)
Dividendo mínimo obrigatório	(865.248)
Dividendo adicional proposto	(865.248)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(1.756.880)

Dividendo

O Conselho de Administração propõe a distribuição de R\$ 1.731 milhões em dividendos aos

detentores de ações ordinárias, negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3). O valor proposto corresponde a R\$ 1,501834847 por ação, relativo ao exercício fiscal de 2020.

Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro

Considerando o atual cenário macroeconômico e avaliações da Companhia para potenciais novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 1.757 milhões à reserva estatutária - reforço de capital de giro. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2021, mediante aprovação da Administração.

Endividamento

No final de 2020, a dívida financeira bruta (incluindo derivativos) da Companhia atingiu R\$ 19.196 milhões, apresentando um aumento de 4,9%. As disponibilidades totalizaram R\$ 3.919 milhões, um acréscimo de 102%. Com isso, a dívida financeira líquida passou para R\$ 15.278 milhões, registrando uma redução de 6,6%.

5. Investimentos

Em 2020, foram realizados investimentos de R\$ 2.808 milhões para manutenção e expansão do negócio, dos quais R\$ 2.317 milhões foram direcionados à distribuição, R\$ 283 milhões à geração e R\$ 74 milhões à comercialização, serviços e outros. Complementarmente, houve um investimento de R\$ 134 milhões relacionado ao segmento de transmissão que, de acordo com o IFRIC 15, está registrado como “Ativo Contratual das Transmissoras” (outros créditos).

Entre os investimentos da CPFL Energia em 2020 podemos destacar:

Distribuição: foram feitos investimentos na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes, entre outros. Em 31 de dezembro de 2020, nossas distribuidoras possuíam 9,9 milhões de clientes, um acréscimo de 0,1 milhão de clientes. Nossa rede de distribuição consistia em 332.785 km de linhas de distribuição (acrécimo de 3.415 km de linhas), incluindo 487.302 transformadores de distribuição (acrécimo de 10.828 transformadores). Nossas quatro subsidiárias de distribuição tinham 12.987 km de linhas de distribuição de alta tensão entre 34,5 kV e 138 kV (acrécimo de 131 km de linhas). Nesta data, detínhamos 559 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subseqüente distribuição (aumento de 4 subestações), com capacidade total de transformação de 19.038 MVA (acrécimo de 335 MVA);

Geração: em 2020, foram investidos R\$ 283 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e dos parques eólicos do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira).

6. Governança corporativa

A CPFL Energia é uma sociedade *holding* do Grupo CPFL, com atuação no setor energético brasileiro, implementando e operando projetos e concessões nos segmentos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia e de atividades correlatas, por meio de suas Subsidiárias e Afiliadas.

O modelo de governança corporativa da CPFL Energia é baseado nos 4 princípios básicos do Sistema de Governança Corporativa no Brasil: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

As Diretrizes de Governança Corporativa, em conjunto com os Estatutos/Contratos Sociais da Companhia e de suas Subsidiárias e Afiliadas, os Regimentos Internos (Diretoria, CA, Conselho Fiscal, Comitês e Comissões de Assessoramento ao CA, Comitê de Auditoria), os Acordos de Acionistas quando existentes e as Políticas emitidas e a serem emitidas em matéria de governança, delineiam o conjunto das práticas adotadas pela CPFL Energia.

Em 2021, a CPFL Energia completa 17 anos da abertura de seu capital na B3. Com mais de 100 anos de atuação no Brasil, a Companhia possui ações listadas no Novo Mercado da B3, segmento de listagem diferenciado que reúne empresas que aderem às melhores práticas de governança corporativa. Todas as ações da CPFL Energia são ordinárias, que asseguram o direito de voto de todos os seus acionistas. Além disso, os acionistas têm assegurado *Tag Along* de 100% em caso de alienação do controle acionário.

A Administração da CPFL Energia é formada pelo Conselho de Administração ("Conselho") e pela Diretoria Executiva.

O Conselho é responsável pelo direcionamento estratégico dos negócios do Grupo CPFL, sendo composto por 7 membros (sendo 2 membros independentes), cujo prazo de mandato é de 2 anos, com possibilidade de reeleição.

O Conselho possui 5 comitês de assessoramento (Estratégia e Processos de Gestão, Gestão de Recursos Humanos, Partes Relacionadas, Gestão de Riscos e Orçamento e Finanças Corporativas), que auxiliam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos.

A Diretoria Executiva é composta por 1 Diretor Presidente e 8 Diretores Vice-presidentes, todos com mandato de 2 anos, com possibilidade de reeleição, cuja responsabilidade é a execução da estratégia da CPFL Energia e de suas sociedades controladas, que são definidas pelo Conselho em linha com as diretrizes de governança corporativa.

A CPFL possui um Conselho Fiscal permanente, composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, todos com mandato de 1 ano, com possibilidade de reeleição.

As Diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no website de Relações com Investidores <http://www.cpfl.com.br/ri>.

7. Mercado de capitais

Em 31 de dezembro de 2020, a CPFL Energia possuía 16,29% de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tendo suas ações negociadas no Brasil (B3).

Em 2020, as ações da CPFL Energia apresentaram desvalorização de 8,4%, encerrando o ano cotadas a R\$ 32,55 por ação. O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 97,6 milhões, representando um aumento de 63,6% em relação a 2019. Esse aumento do volume de negociação das ações da CPFL Energia se deve ainda ao aumento do *free float* da Companhia, de 5,25% para 16,29%, após a Oferta Pública de Ações, concluída em 12 de junho de 2019. O número de negócios realizados na B3 cresceu em 128,4%, passando de uma média diária de 5.307 negócios, em 2019, para 12.126 negócios, em 2020. Passamos também a integrar 3 novos índices na Bolsa de Valores de São Paulo (B3): Índice Bovespa, Índice de Sustentabilidade Empresarial e Índice Carbono Eficiente.

8. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

Desenvolvemos iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plano de sustentabilidade: definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Mudança do Clima: atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, atuando nas frentes de Gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE), Gestão de riscos e oportunidades, Inovação com foco no desenvolvimento de produtos e soluções, Engajamento junto a organizações e iniciativas como a Rede Brasileira do Pacto Global e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Divulgação por meio de reportes ao mercado e nossos canais de comunicação.

Gestão ambiental: nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais, pois cada segmento de atuação interfere de maneira diferente nos ecossistemas do entorno. As diretrizes e os processos que adotamos são unificados no Sistema de Gestão Ambiental (SGA) que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e direciona os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva. Cada UHE também possui sistemas de gestão e projetos próprios, divulgados em seus websites institucionais.

Reconhecimentos de sustentabilidade em 2020: integrante dos Índices de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e de Carbono Eficiente (ICO2) da Bolsa de Valores de São Paulo (B3); entre as líderes no CDP Climate Change com nota A-; selo Ouro no Programa GHG Protocol.

Tema de gestão e desenvolvimento da ética (SGDE): O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o tom e a prática do discurso pela alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: A manutenção do Selo Pró-Ética 2019/2020. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de empresas, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento virtual/*e-learning* do Programa de Integridade que contemplou 11.121 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade – CMI em todas unidades do grupo CPFL com temas como Assédio Sexual, Conflito de Interesses, Tratamento Desrespeitoso, Atividades

Políticas Partidárias, Discriminação e Preconceito e Brindes Presente e Hospitalidades. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2020 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

Relacionamento com a comunidade: (i) Instituto CPFL – É a plataforma de investimento social privado do grupo CPFL Energia. Com experiência de 17 anos de atuação e com projetos como o programa Café Filosófico CPFL em seu portfólio, ao longo de 2020 foi capaz de acelerar sua presença em projetos de transformação social e redefinir seu escopo em cinco grandes frentes de trabalho que centralizam o planejamento e a execução de ações em consonância com a Política de Investimento Social. A partir dessas frentes, o Instituto CPFL coordena iniciativas transformadoras que envolvem arte, esporte e conhecimento. As cinco grandes frentes de trabalhos, são:

1) CPFL nos Hospitais: Através da frente CPFL nos Hospitais, que engloba o programa de eficiência energética da CPFL Energia, apoiamos 33 hospitais beneficiando cerca de 340 mil pessoas. Dentro dessa frente, o Instituto CPFL coordena os eixos de apoio à infraestrutura e pesquisa e também o eixo de humanização hospitalar por meio da arte, com os parceiros Médicos do Sorriso, Griots e Hospitalhaços, que realizaram suas atividades de maneira virtual ao longo do ano. Em 2020, com uma ação especial de combate à COVID-19 beneficiamos mais 20 hospitais com a doação de 5 milhões de reais em insumos médicos. Mais 1 milhão de reais foi doado ao programa “Salvando Vidas”, do BNDES, totalizando doação de 6 milhões de reais para o apoio ao combate da pandemia do novo Corona Virus;

2) CPFL Jovem Geração: Com a frente CPFL Jovem Geração apoiamos 28 instituições sociais beneficiando 7.000 jovens através de projetos de música, literatura e esporte voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social entre crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo. A frente coordena a relação com os parceiros IVCL (Instituto Vanderlei Cordeiro de Lima) e Orcampi (ambos, projetos de iniciação ao atletismo) e Instituto Anelo (projeto de iniciação musical), na cidade de Campinas/SP. Nas áreas de relacionamento do grupo CPFL Energia, a frente coordena o projeto Carreta Literária, que circula por 10 diferentes cidades com ações de iniciação à literatura; o apoio a Fundos Municipais da Criança e do Adolescente para instituições de atuação no contra turno escolar e o Semear, programa de colaboradores voluntários. A frente coordena também a parceria com o programa de eficiência energética no projeto CPFL nas escolas, que promove ações educativas sobre práticas de consumo eficiente de energia em escolas do estado de São Paulo;

3) CPFL Intercâmbio Brasil-China: A frente CPFL Intercâmbio Brasil-China promove anualmente um festival com atividades de diálogo entre as culturas brasileira e chinesa. Em 2020, a frente realizou a 4ª edição consecutiva do festival, desta vez totalmente digital em razão da pandemia da Covid-19. A edição contou com uma *live* de música, um festival de cinema com 10 filmes distribuídos via streaming, *playlists* de música chinesa no Spotify e a exibição de programas do Café Filosófico CPFL com temática chinesa na TV Cultura e no Youtube. Ao todo, a frente atingiu um público de 1,6 milhão de pessoas;

4) Circuito CPFL: A frente Circuito CPFL promove atividades culturais e esportivas itinerantes em todo o país, entre elas os projetos Correr e Caminhar, que promove etapas de caminhadas e corridas em cidades da nossa área de relacionamento, e o Cinesolar, um cinema itinerante movido à energia solar realizado através de vans equipadas com painéis fotovoltaicos. O projeto leva cinema para localidades sem salas de exibição de filmes, contribuindo assim para a democratização do acesso e a formação de plateia. Porém, em função da pandemia da Covid-19 todas essas atividades foram postergadas para realização em 2021;

5) Café Filosófico CPFL: O programa Café Filosófico CPFL é uma das iniciativas mais reconhecidas do trabalho realizado pelo Instituto CPFL. Criado em 2003, o projeto promove uma série de debates sobre temas contemporâneos relevantes e instigantes, com a participação de especialistas e nomes de referência no Brasil e no mundo. O programa é apresentado em dois horários semanais na TV Cultura e suas afiliadas. Em 2020, foram produzidas 16 gravações no formato de live pública transmitida nas redes sociais do instituto CPFL e do café, mantendo os palestrantes em suas casas e resguardando a segurança e a saúde das equipes de trabalho. Na mesma frente, houve a estreia de uma nova série chamada Café Expresso, exibida na grade da

TV Cultura e no canal youtube.com/cafeofilosofico. Mais de 23 milhões de pessoas foram impactadas com essas atividades.

(ii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (1% I.R.). Em 2020, as empresas do Grupo destinaram R\$ 1.409.000,00 para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de 13 municípios da área de concessão e interesse. O repasse irá apoiar 12 ONGs e 1 hospital em cada uma dessas cidades, com foco na transformação social através de projetos nas áreas da cultura, esporte e melhorias no atendimento hospitalar de crianças e adolescentes em 2021;

(iii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso – CMDI (1% I.R.). Em 2020, as empresas do Grupo destinaram R\$ 1.542.000,00 ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa de 4 municípios para apoiar projetos de desenvolvimento tecnológico, melhorias na infraestrutura hospitalar e apoio a programa da ala de idosos a 03 hospitais. Do valor total, R\$ 750.000,00 foram destinados ao Fundo Estadual do Idoso do Rio Grande do Sul como parte de uma ação especial de combate à COVID-19, beneficiando mais de 400 municípios do Estado com a aquisição de insumos médicos e hospitalares;

(iv) Voluntariado Em 2020, foram desenvolvidas 27 ações que envolveram cerca de 1.406 participações voluntárias. As ações desenvolvidas em 10 cidades da área de concessão beneficiaram aproximadamente 2.990 pessoas diferentes;

(v) Apoio ao Pronon – Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (1% I.R). Em 2020, as empresas do Grupo destinaram R\$ 1.174.000,00 para apoiar projetos de ampliação tecnológica de Hospitais de Atendimento à Pessoas com Câncer. Os projetos serão executados em 2021;

(vi) Apoio ao Pronas - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (1% I.R). Em 2020, as empresas do Grupo destinaram R\$ 1.409.000,00 para apoiar projetos de ampliação da oferta de serviços, além da expansão da prestação de serviços médico-assistenciais. Os projetos serão executados em 2021.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2020, treinamos 14.436 pessoas, que representa 90% do quadro de colaboradores. Foram 4.145 turmas presenciais e 28.295 horas de treinamento online. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com 40 Escolas para formação de eletricitistas ao longo do ano, com 24 delas já foram concluídas e 16 estão em andamento/finalização, a previsão são 662 pessoas treinadas e mais de 20 mil horas de desenvolvimento.

Rede de Valor: seguindo as regras de isolamento social devido a pandemia, em 2020 os encontros da Rede de Valor ocorreram de forma online. Participaram 95 empresas fornecedoras e foram realizados 3 encontros que abordaram os seguintes assuntos: Plano de Sustentabilidade e Ética, Segurança do Trabalho e os Conceitos de Transformação Digital, Cenário Econômico e Desafios do Setor Elétrico.

9. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2020, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e Sox).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Asseguração de informações para o BNDES	23/10/2020	6 meses
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Outros serviços de <i>compliance</i> tributário	31/08/2020	12 meses

Contratamos um total de R\$ 378 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 12% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox referentes ao exercício social de 2020 da Companhia e suas controladas.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

10. Agradecimentos

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2020. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

SUMÁRIO

ATIVO	16
PASSIVO	17
DRE	18
DRA	19
DMPL	20
FLUXO DE CAIXA	21
DVA	22
(1) CONTEXTO OPERACIONAL.....	23
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	30
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	43
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	43
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	44
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	44
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR.....	46
(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL.....	47
(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS	48
(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	51
(12) OUTROS ATIVOS	52
(13) INVESTIMENTOS	52
(14) IMOBILIZADO.....	58
(15) ATIVO CONTRATUAL.....	60
(16) INTANGÍVEL	61
(17) FORNECEDORES	63
(18) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	64
(19) DEBÊNTURES	67
(20) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	70
(21) TAXAS REGULAMENTARES	76
(22) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	77
(23) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	78
(24) OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	80
(25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	81
(26) LUCRO POR AÇÃO	83
(27) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	84
(28) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	86
(29) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	87
(30) RESULTADO FINANCEIRO.....	87
(31) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	87
(32) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	88
(33) SEGUROS.....	89
(34) GESTÃO DE RISCOS.....	90
(35) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	92
(36) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	99
(37) COMPROMISSOS.....	99
(38) EVENTOS SUBSEQUENTES.....	99



CPFL Energia S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	395.745	33.909	3.918.796	1.937.163
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	1.872.079	851.004
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	5.206.854	4.985.578
Estoques	2.8	-	-	96.182	71.551
Dividendo e juros sobre o capital próprio	13	1.166.469	816.205	80.647	100.297
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	3.464	78	87.779	87.698
Outros tributos a compensar	8	4.600	58.947	337.266	331.428
Derivativos	35	-	-	744.660	281.326
Ativo financeiro setorial	9	-	-	558.884	1.093.588
Ativo contratual	16	-	-	24.833	24.387
Outros ativos	12	281	400	883.824	576.610
Total do circulante		1.570.560	909.539	13.811.803	10.340.630
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	828.314	713.068
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	32	472.775	424.387	-	-
Depósitos judiciais	23	399	453	764.760	757.370
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	-	-	35.415	101.528
Outros tributos a compensar	8	-	-	368.979	370.595
Ativo financeiro setorial	9	-	-	108.908	2.748
Derivativos	35	-	-	1.340.113	369.767
Créditos fiscais diferidos	10	25.080	85.474	585.869	1.064.716
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	10.347.567	8.779.717
Investimentos em instrumentos patrimoniais		-	-	116.654	116.654
Outros ativos	12	3.059	3.960	172.140	736.019
Investimentos	13	13.182.704	12.327.132	1.015.918	997.997
Imobilizado	14	2.140	2.226	8.797.903	9.083.710
Intangível	16	3.783	120	8.969.637	9.320.953
Ativo contratual	15	-	-	1.842.905	1.322.822
Total do não circulante		13.689.941	12.843.753	35.295.081	33.737.664
Total do ativo		15.260.501	13.753.291	49.106.884	44.078.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Fornecedores	17	3.237	4.698	3.909.517	3.260.180
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	2.797.195	2.776.193
Debêntures	19	-	-	1.191.270	682.582
Entidade de previdência privada	20	-	-	199.803	224.851
Taxas regulamentares	21	-	-	108.371	232.251
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	8.443	40.629	91.470	218.961
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	22	472	25.315	873.752	741.536
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	32	-	-	2.409.545	-
Dividendo		874.954	645.737	906.852	668.859
Obrigações estimadas com pessoal		-	-	133.429	125.057
Derivativos	35	-	-	1.354	29.400
Passivo financeiro setorial	9	-	-	41.514	-
Provisões para desmobilização e gastos ambientais	2.8	-	-	19.946	24.485
Uso do bem público		-	-	12.573	11.771
Outras contas a pagar	24	23.212	22.318	1.709.358	1.069.784
Total do circulante		910.317	738.697	14.405.951	10.065.908
Não circulante					
Fornecedores	17	-	-	456.658	359.944
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	8.624.840	7.587.102
Debêntures	19	-	-	6.257.032	7.863.696
Entidade de previdência privada	20	-	-	2.759.826	2.153.327
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	-	165.900	156.198
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	22	-	-	839	805
Débitos fiscais diferidos	10	-	-	767.807	1.048.069
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	23	114	123	616.136	600.775
Derivativos	35	-	-	-	6.157
Passivo financeiro setorial	9	-	-	185.592	102.561
Provisões para desmobilização e gastos ambientais	2.8	-	-	184.955	203.844
Uso do bem público		-	-	112.055	91.181
Outras contas a pagar	24	414.291	20.090	333.516	555.487
Total do não circulante		414.406	20.213	20.465.155	20.729.147
Patrimônio líquido					
	25				
Capital social		9.388.071	9.388.081	9.388.071	9.388.081
Reserva de capital		(1.643.775)	(1.640.962)	(1.643.775)	(1.640.962)
Reserva legal		1.218.283	1.036.125	1.218.283	1.036.125
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		5.803.185	4.046.305	5.803.185	4.046.305
Dividendo		865.248	1.433.295	865.248	1.433.295
Resultado abrangente acumulado		(1.695.235)	(1.268.465)	(1.695.235)	(1.268.465)
Lucros acumulados		-	-	-	-
		13.935.777	12.994.381	13.935.777	12.994.381
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	300.001	288.857
Total do patrimônio líquido		13.935.777	12.994.381	14.235.778	13.283.238
Total do passivo e do patrimônio líquido		15.260.501	13.753.291	49.106.884	44.078.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	27	(3.986)	2.309	30.898.458	29.932.474
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	28	-	-	(18.486.027)	(18.370.994)
Custo com operação		-	-	(2.926.750)	(2.894.165)
Depreciação e amortização		-	-	(1.273.049)	(1.278.272)
Outros custos com operação	29	-	-	(1.653.701)	(1.615.893)
Custo com serviço prestado a terceiros	29	-	-	(2.564.593)	(2.089.732)
Lucro operacional bruto		(3.986)	2.309	6.921.088	6.577.583
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		-	-	(685.983)	(699.910)
Depreciação e amortização		-	-	(8.150)	(5.211)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(227.338)	(233.424)
Outras despesas com vendas	29	-	-	(450.495)	(461.275)
Despesas gerais e administrativas		(47.041)	(52.712)	(1.061.656)	(1.027.230)
Depreciação e amortização		(424)	(273)	(97.075)	(109.132)
Outras despesas gerais e administrativas	29	(46.617)	(52.439)	(964.581)	(918.098)
Outras despesas operacionais		-	-	(469.740)	(486.993)
Amortização de intangível da concessão		-	-	(287.725)	(288.438)
Outras despesas operacionais	29	-	-	(182.015)	(198.555)
Resultado do serviço		(51.027)	(50.403)	4.703.710	4.363.450
Resultado de participações societárias	13	3.816.429	2.827.718	409.606	349.090
Resultado antes do resultado financeiro		3.765.402	2.777.315	5.113.316	4.712.540
Resultado financeiro	30				
Receitas financeiras		(9.810)	49.344	936.782	903.575
Despesas financeiras		695	(1.326)	(1.252.756)	(1.629.822)
		(9.115)	48.018	(315.974)	(726.247)
Lucro antes dos tributos		3.756.287	2.825.333	4.797.341	3.986.293
Contribuição social	10	(29.630)	(30.828)	(297.137)	(336.610)
Imposto de renda	10	(83.508)	(91.835)	(793.219)	(901.386)
		(113.138)	(122.662)	(1.090.356)	(1.237.996)
Lucro líquido do período		3.643.149	2.702.671	3.706.986	2.748.297
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				3.643.149	2.702.671
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				63.837	45.626
Lucro por ação básico atribuído aos acionistas controladores - R\$	26			3,07	2,48
Lucro por ação diluído atribuído aos acionistas controladores - R\$	26			3,07	2,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora	
	2020	2019
Lucro líquido do período	3.643.149	2.702.671
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Resultado abrangente do período reflexo sobre os investimentos da Companhia	(401.223)	(866.498)
Resultado abrangente do período	3.241.926	1.836.173
	Consolidado	
	2020	2019
Lucro líquido do período	3.706.986	2.748.297
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
- Ganhos (Perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(397.979)	(865.402)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(3.244)	(1.097)
Resultado abrangente consolidado do período	3.305.763	1.881.799
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	3.241.926	1.836.173
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	63.837	45.626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Resultado abrangente acumulado			Participação de acionistas não controladores			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária / Reforço de capital de giro	Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada / Risco de crédito na marcação a mercado	Lucros acumulados	Total	Resultado abrangente acumulado	Outros componentes do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.741.284	469.257	900.992	3.527.510	-	380.721	(757.016)	-	10.262.749	10.055	2.259.578	12.532.383
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	(866.498)	2.702.671	1.836.173	-	45.626	1.881.799
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	2.702.671	2.702.671	-	45.626	2.748.297
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(1.097)	-	(1.097)	-	-	(1.097)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(865.402)	-	(865.402)	-	-	(865.402)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	135.134	518.795	-	(25.672)	-	(628.257)	-	(1.777)	1.697	(80)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(38.897)	-	38.897	-	(2.693)	2.693	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	13.225	-	(13.225)	-	916	(916)	-
Constituição da reserva legal	-	-	135.134	-	-	-	-	(135.134)	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no exercício	-	-	-	518.795	-	-	-	(518.795)	-	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80)	(80)
Transações de capital com os acionistas	3.646.797	(2.110.218)	-	-	1.433.295	-	-	(2.074.414)	895.459	-	(2.026.323)	(1.130.864)
Aumento (redução) de capital	3.694.342	-	-	-	-	-	-	-	3.694.342	-	122	3.694.464
Custo na emissão de ações	(47.544)	-	-	-	-	-	-	-	(47.544)	-	-	(47.544)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(75.298)	-	-	-	-	-	-	(75.298)	-	75.298	-
Aquisição do não controlador da CPFL Renováveis	-	(2.034.920)	-	-	-	-	-	-	(2.034.920)	-	(2.072.635)	(4.107.555)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	1.433.295	-	-	(1.433.295)	-	-	-	-
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	765	765	-	-	765
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	-	(641.884)	(641.884)	-	(29.109)	(670.993)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.388.081	(1.640.962)	1.036.125	4.046.305	1.433.295	355.049	(1.623.514)	-	12.994.381	8.278	280.578	13.283.238
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	(401.223)	3.643.149	3.241.926	-	63.837	3.305.763
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	3.643.149	3.643.149	-	63.837	3.706.986
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(3.244)	-	(3.244)	-	-	(3.244)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(397.979)	-	(397.979)	-	-	(397.979)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	182.157	1.756.880	-	(25.547)	-	(1.913.490)	-	(1.777)	1.670	(107)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(38.707)	-	38.707	-	(2.693)	2.693	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	13.161	-	(13.161)	-	916	(916)	-
Constituição da reserva legal	-	-	182.157	-	-	-	-	(182.157)	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no exercício	-	-	-	1.756.880	-	-	-	(1.756.880)	-	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(107)	(107)
Transações de capital com os acionistas	(10)	(2.813)	-	-	(568.047)	-	-	(1.729.659)	(2.300.529)	-	(52.586)	(2.353.116)
Custo na emissão de ações	(10)	-	-	-	-	-	-	-	(10)	-	-	(10)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(2.813)	-	-	-	-	-	-	(2.813)	-	4.079	1.266
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	865.248	-	-	(865.248)	-	-	-	-
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	837	837	-	-	837
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	(1.433.295)	-	-	(865.248)	(2.298.543)	-	(56.665)	(2.355.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.388.071	(1.643.775)	1.218.283	5.803.185	865.248	329.502	(2.024.737)	-	13.935.777	6.501	293.499	14.235.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes dos tributos	3.756.287	2.825.333	4.797.341	3.986.293
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	424	273	1.665.999	1.681.053
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	153	408	207.912	204.795
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	227.338	233.424
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	(11.947)	(6.318)	431.354	919.836
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-	-	174.347	112.603
Equivalência patrimonial	(3.816.429)	(2.827.718)	(409.606)	(349.090)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	-	140.733	189.566
Repactuação do risco hidrológico	-	-	(55.163)	-
Outros	-	-	12.017	(121)
	(71.512)	(8.021)	7.192.272	6.978.359
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	(574.499)	(631.078)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	3.288.899	1.295.427	412.952	331.754
Tributos a compensar	69.877	(5.388)	(46.950)	(174.263)
Depósitos judiciais	60	260	8.249	130.725
Ativo financeiro setorial	-	-	500.209	628.157
Contas a receber - CDE	-	-	5.067	36.240
Adições de ativo de transmissão	-	-	(134.104)	(20.969)
Adiantamento a fornecedores	-	-	(79.738)	(39.556)
Ordens em curso	1	(1)	(176.088)	11.754
Outros ativos operacionais	1.372	1.277	(146.408)	(42.990)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(1.461)	1.845	746.051	889.003
Outros tributos e contribuições sociais	(24.724)	19.815	130.732	10.344
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(185.455)	(144.494)
Taxas regulamentares	-	-	(123.880)	81.595
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(167)	(542)	(239.649)	(484.153)
Passivo financeiro setorial	-	-	70.251	(25.696)
Contas a pagar - CDE	-	-	(16.609)	(20.187)
Outros passivos operacionais	(4.932)	5.413	498.416	349.303
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	3.257.413	1.310.085	7.840.820	7.863.847
Encargos de dívidas e debêntures pagos	-	-	(761.216)	(1.132.479)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(62.250)	(21.388)	(718.170)	(963.806)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	3.195.163	1.288.697	6.361.434	5.767.562
Atividades de investimento				
Redução (Aumento) de capital em investidas	(94)	(4.107.555)	(3.348)	-
Aquisições de imobilizado	(314)	(1.763)	(326.337)	(188.994)
Adições de ativo contratual	-	-	(2.313.865)	(2.033.337)
Adições e construções de intangível	(3.689)	(15)	(30.731)	(19.147)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(350)	-	(1.947.054)	(1.184.804)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	-	-	1.499.745	378.560
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.122.000)	(14.160)	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(499.445)	(424.371)	-	-
Recebimentos de mútuos com controladas e coligadas	461.065	78.391	-	-
Outros	-	-	(1.942)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1.164.827)	(4.469.473)	(3.123.532)	(3.047.721)
Atividades de financiamento				
Custo na emissão de ações	(10)	3.622.305	(5.869)	3.622.305
Redução (Aumento) de participação societária em investimento já existente	-	-	6.563	(4.107.555)
Captação de empréstimos e debêntures	-	-	4.665.557	5.256.705
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-	-	(7.096.247)	(7.136.612)
Liquidação de operações com derivativos	-	-	919.188	219.257
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	12
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(2.068.489)	(486.984)	(2.116.379)	(534.061)
Captações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora	400.000	-	2.380.000	-
Amortizações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora	-	-	(9.082)	5.813
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(1.668.499)	3.135.321	(1.256.269)	(2.674.135)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	361.836	(45.455)	1.981.633	45.704
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	33.909	79.364	1.937.163	1.891.457
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	395.745	33.909	3.918.796	1.937.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CPFL Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
1 - Receita	29	4.322	45.489.994	45.092.420
1.1 Receita de venda de energia e serviços	(3.974)	2.544	42.790.123	42.921.143
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	4.003	1.778	354.556	316.706
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	2.572.653	2.087.995
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(227.338)	(233.424)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(18.672)	(19.329)	(24.968.851)	(24.303.692)
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	(20.492.383)	(20.293.644)
2.2 Material	(369)	(1.937)	(1.768.469)	(1.554.949)
2.3 Serviços de terceiros	(15.333)	(14.860)	(1.879.239)	(1.685.925)
2.4 Outros	(2.970)	(2.531)	(828.760)	(769.174)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	(18.644)	(15.007)	20.521.143	20.788.729
4 - Retenções	(424)	(273)	(1.674.246)	(1.687.809)
4.1 Depreciação e amortização	(424)	(273)	(1.386.521)	(1.399.371)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(287.725)	(288.438)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	(19.067)	(15.281)	18.846.897	19.100.920
6 - Valor adicionado recebido em transferência	3.831.850	2.913.365	1.410.520	1.330.738
6.1 Receitas financeiras	15.420	85.648	1.000.914	981.648
6.2 Equivalência patrimonial	3.816.429	2.827.718	409.606	349.090
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	3.812.782	2.898.085	20.257.417	20.431.658
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	26.872	29.470	1.540.262	1.475.315
8.1.1 Remuneração direta	11.378	11.073	833.122	817.839
8.1.2 Benefícios	13.860	16.982	643.223	590.696
8.1.3 F.G.T.S	1.633	1.415	63.918	66.779
8.2 Impostos, taxas e contribuições	143.180	164.498	13.626.127	14.477.216
8.2.1 Federais	143.097	164.466	6.790.013	7.503.813
8.2.2 Estaduais	83	32	6.799.248	6.942.156
8.2.3 Municipais	-	-	36.866	31.247
8.3 Remuneração de capital de terceiros	(419)	1.445	1.384.042	1.730.833
8.3.1 Juros	(714)	1.315	1.278.573	1.651.188
8.3.2 Aluguéis	295	130	105.469	79.645
8.4 Remuneração de capital próprio	3.643.149	2.702.671	3.706.986	2.748.297
8.4.1 Dividendo (inclui dividendo adicional proposto)	1.730.536	2.075.179	1.789.543	2.075.179
8.4.2 Lucros retidos	1.912.613	627.492	1.917.443	673.118
	3.812.782	2.898.084	20.257.417	20.431.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brasil.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Distribuição de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização / Área de concessão (Estado)	Nº de municípios	Nº de consumidores aproximados (em milhares)	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de São Paulo	234	4.675	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior e litoral de São Paulo	27	1.828	30 anos	Outubro de 2028
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta e Indireta 100%	Interior do Rio Grande do Sul	381	2.975	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Jaguarí de Energia (“CPFL Santa Cruz”)	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Interior de São Paulo, Paraná e Minas Gerais	45	476	30 anos	Julho de 2045

Geração e Transmissão de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (Estado)	Nº usinas / tipo de energia	Potência instalada (MW)	
					Total	Participação CPFL
CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta e indireta 100%	(b)	(b)	(b)	(b)
CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”)	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	São Paulo	n/a	n/a	n/a
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 65%	Rio Grande do Sul	3 usinas hidrelétricas	360	234
Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51% (c)	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 usina hidrelétrica	855	436
Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 48,72%	Santa Catarina	1 usina hidrelétrica	880	429
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 53,34% indireta	Paraíba	2 usinas termelétricas	342	182
Paulista Lajeado Energia S.A. (“Paulista Lajeado”)	Sociedade por ações de capital fechado	59,93% (a)	Tocantins	1 usina hidrelétrica	903	38
CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda (“CPFL Piracicaba”)	Sociedade limitada	Indireta 100%	São Paulo	n/a	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda (“CPFL Morro Agudo”)	Sociedade limitada	Indireta 100%	São Paulo	n/a	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda (“CPFL Maracanaú”)	Sociedade limitada	Indireta 100%	Ceará	n/a	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda (“CPFL Sul I”)	Sociedade limitada	Indireta 100%	Santa Catarina	n/a	n/a	n/a
CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda (“CPFL Sul II”)	Sociedade limitada	Indireta 100%	Rio Grande do Sul	n/a	n/a	n/a

Comercialização de energia	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Direta 100%
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda ("CPFL Meridional")	Sociedade limitada	Comercialização e prestação de serviços de energia	Indireta 100%
CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda ("CPFL Cone Sul")	Sociedade limitada	Comercialização de energia e participação no capital social de outras companhias	Indireta 100%
CPFL Planalto Ltda ("CPFL Planalto")	Sociedade limitada	Comercialização de energia	Direta 100%
CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda ("CPFL Brasil Varejista")	Sociedade limitada	Comercialização de energia	Indireta 100%

Prestação de serviços	Tipo de sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços")	Sociedade por ações de capital fechado	Fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos eletro-mecânicos e prestação de serviços	Direta 100%
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda ("CPFL Infra")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de infraestrutura e frota	Direta 100%
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda ("CPFL Pessoas")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de recursos humanos	Direta 100%
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda ("CPFL Finanças")	Sociedade limitada	Prestação de serviços financeiros	Direta 100%
Nect Serviços Adm de Suprimentos E Logística Ltda ("CPFL Supre")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de suprimentos e logística	Direta 100%
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda ("CPFL Atende")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de tele-atendimento	Direta 100%
CPFL Total Serviços Administrativos S.A. ("CPFL Total")	Sociedade por ações de capital fechado	Serviços de arrecadação e cobrança	Indireta 100%
CPFL Eficiência Energética Ltda ("CPFL Eficiência")	Sociedade limitada	Gestão em eficiência energética	Direta 100%
TI Nect Serviços de Informática Ltda ("Authi")	Sociedade limitada	Prestação de serviços de informática	Direta 100%
CPFL Geração Distribuída de Energia Ltda ("CPFL GD")	Sociedade limitada	Comercialização e prestação de serviços na área de geração	Indireta 100%

Outras	Tipo de Sociedade	Atividade preponderante	Participação societária
CPFL Jaguarí de Geração de Energia Ltda ("Jaguarí Geração")	Sociedade limitada	Sociedade de participação	Direta 100%
Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 51%
Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de participação	Indireta 99,95%
CPFL Telecomunicações Ltda ("CPFL Telecom")	Sociedade limitada	Prestação de serviços na área de telecomunicações	Direta 100%
Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Alesta") (e)	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços financeiros	Direta 100%

- a) A Paulista Lajeado possui 7% de participação na potência instalada da Investco S.A (5,94% de participação no capital social total).
- b) A CPFL Renováveis possui operações nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2020, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 116 empreendimentos com 3.322,3 MW de capacidade instalada (3.008,7 MW em operação), sendo:
- Geração de energia hidrelétrica: 41 pequenas centrais hidrelétricas – PCHs (481 MW) com 40 PCHs em operação (453,1 MW) e 1 PCH em construção (28 MW), 3 usinas hidroelétricas – UHEs em operação (848 MW - 51,54% sobre a energia assegurada e potência da UHE Serra da Mesa, cuja concessão pertence a Furnas, 25,01% da BAESA - Energética Barra Grande S.A. "BAESA" e 100% de Rio do Peixe) e 6 centrais geradoras elétricas – CGHs em operação (4 MW).
 - Geração de energia eólica: 57 empreendimentos (1.594,1 MW) com 45 em operação (1.308,5 MW) e 12 em construção/desenvolvimento (285,6 MW);
 - Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (394MW);
 - Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW).
- c) O empreendimento controlado em conjunto Chapecoense possui como controlada direta a Foz do Chapecó, e consolida suas demonstrações financeiras de forma integral.
- d) Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020 e também descrito na nota 13.5, em 30 de setembro de 2020, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a segunda etapa do plano de

reestruturação societária com objetivo de integração da CPFL Renováveis, em continuidade à comunicação realizada por meio do fato relevante datado de 21 de maio de 2019.

- e) Em 15 de abril de 2020 foi aprovada a constituição da Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A. A Companhia é uma instituição financeira privada que opera na categoria de Sociedade de Crédito Direto, constituída sob a forma de uma sociedade por ações, mais informações vide nota 13.6.

1.1 – Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo apresentou nas demonstrações financeiras, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 594.148 (positivo em R\$ 274.721 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, suas projeções de lucros, bem como sua estratégia de financiamento, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

1.2 - Deslistagem na New York Stock Exchange - EUA

Em 18 de dezembro de 2019, foi aprovada em reunião da Diretoria Executiva a intenção da Companhia de: (i) rescindir o Second Amended and Restated Deposit Agreement (“Contrato de Depósito”) com o Citibank N.A. (“Citibank”), relacionado aos seus American Depositary Receipts (“ADRs”); (ii) deslistar suas American Depositary Shares (“ADSs”) da New York Stock Exchange (“NYSE”); e (iii) uma vez que a Companhia cumpra com os requisitos aplicáveis, cancelar seu registro com a U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América (“SEC”). A Companhia entende que o racional econômico para manter uma listagem na NYSE diminuiu devido, em parte, a: (i) aumentos no volume negociado de ações brasileiras na B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”) no Brasil por investidores estrangeiros, devido à internacionalização do mercado financeiro e de capitais brasileiro, além do estreitamento da distância entre os padrões de divulgação do Brasil e dos EUA com relação a reportes financeiros; e (ii) uma tendência decrescente nos últimos anos no volume de negociação das ADSs da Companhia da NYSE.

Em 10 de fevereiro de 2020, a Companhia, através de Comunicado ao Mercado, informou que a deslistagem das suas ADSs da NYSE, mencionada no item (ii) acima, passa a ter eficácia a partir desta data.

Em 8 de maio de 2020, a Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado, informou que, sobre a deslistagem de suas ADSs da NYSE, arquivou naquela data perante a SEC dos EUA o seu “post-effective Amendment” ao Form F-3, nos termos do U.S. Securities Exchange Act of 1934 (“Exchange Act”) para cancelar o registro de valores mobiliários registrados e não negociados com base no Form F-3.

Em 15 de junho de 2020, a Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado, informou que, tendo em vista o cumprimento dos critérios aplicáveis, arquivou naquela data perante a SEC dos EUA um Form 15-F para cancelar seu registro e encerrar suas obrigações de divulgação nos termos do Exchange Act. Com o protocolo do Form 15-F, as obrigações legais da CPFL Energia de realizar divulgações nos termos do Exchange Act estão suspensas e o cancelamento de registro tornou-se eficaz em 15 de setembro de 2020.

1.3 - Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas

operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação das distribuidoras do Grupo em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência das distribuidoras do Grupo, especialmente sob a luz da suspensão inicial por 90 dias, contados a partir de 25 de março de 2020, e da sua prorrogação até 31 de julho de 2020, dos cortes por inadimplência para determinados consumidores (residenciais e serviços considerados essenciais, conforme regra específica estabelecida pela ANEEL), assim como os efeitos da retomada da política de cortes após 01 de agosto de 2020.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A Conta COVID destina-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilidade de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) é limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratou a operação de crédito para aportar recursos à Conta COVID e efetuou o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito se dará por meio de encargo, denominado CDE COVID, a ser homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação.

Em julho de 2020 as distribuidoras do Grupo declararam suas necessidades por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens “i” a “iii” citados acima em valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução. Até 31 de dezembro de 2020, os valores foram homologados pela ANEEL e os repasses referentes aos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro foram efetuados pela CCEE, conforme o cronograma apresentado pelas distribuidoras do Grupo, no montante de R\$1.381.904, não restando mais recursos a serem recebidos da Conta COVID.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o ano findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que os principais efeitos nas suas demonstrações financeiras estão na Parcela A, na Parcela B e PDD, vide nota 35.

O efeito financeiro e econômico para o Grupo ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social por possíveis novas ondas de contágio e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. O Grupo continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia e suas controladas, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreram impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre as Distribuidoras do Grupo e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, as Distribuidoras do Grupo possuem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia e suas controladas, devem ser ressarcidos à Companhia e suas controladas para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 (“CP35/2020”) no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes demonstrações financeiras. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021. Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta COVID e da sobrecontratação, reflexo do cenário de pandemia.

O Grupo aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 15 de março de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 35 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos, vide nota 35);
- Nota 12 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 14 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);

- Nota 15 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 18 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 19 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 20 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 23 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 35 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos do Grupo utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de distribuição de energia elétrica (“Distribuição”); (ii) atividades de geração e transmissão de energia elétrica (“Geração”); (iii) atividades de comercialização de energia (“Comercialização”); (iv) atividades de prestação de serviços (“Serviços”); e (v) outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, e (ii) a participação minoritária na controlada Paulista Lajeado na Investco S.A., as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN, Paulista Lajeado e subsidiárias não integrais da CPFL Renováveis.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

2.8 Nova apresentação das demonstrações financeiras

A partir de setembro de 2020, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das informações contábeis a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de estoques no ativo, provisões para desmobilização e gastos ambientais no passivo, e apresentação única do tipo de negócio referente a atividades de geração (anteriormente segregada entre geração convencional e geração renovável) em informações por segmento.

Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23/IAS 8, e, portanto, a Companhia está rerepresentando as demonstrações financeiras de 2019 com a união dos segmentos das atividades de geração de energia convencional e renovável. Adicionalmente a abertura de R\$ 71.551 em estoques, anteriormente alocado na rubrica outros ativos, e R\$ 24.485 no circulante e R\$ 203.744 no não circulante em provisões para desmobilização e gastos ambientais, anteriormente alocados na rubrica outras contas a pagar. Não houve alterações nas demonstrações de resultado.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Contratos de concessão

Distribuidoras:

O ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura das concessionárias de distribuição é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão das distribuidoras é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA para as controladas do segmento de distribuição. O ativo financeiro das distribuidoras enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 27).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura das distribuidoras, (ii) da forma como as controladas gerenciam as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio

do Grupo, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

Transmissoras:

As transmissoras do Grupo são responsáveis por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo.

Em 1º de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47/IFRS 15 do CPC48/IFRS 9 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Contábeis das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

A Administração da Companhia reavaliou o modelo e as premissas utilizadas e concluiu que os impactos da aplicação do Ofício são imateriais para ajustes.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pelo ofício e conforme suas políticas contábeis, esclarece que:

- (i) Atribui margens esperadas de construção entre 5,1% e 7,8%, antes dos impostos, e de operação e manutenção de 45% no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas;
- (ii) A atualização monetária do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita é estabelecida no início de cada projeto após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5% a.a. e 13,5% a.a. .
- (iii) A companhia monitora o retorno dos seus investimentos de transmissão e atualmente a taxa nominal antes dos impostos esperada para seus projetos varia entre 12% a.a e 16% a.a.

3.3 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 35). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a

duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- o eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- o termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- o os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, o Grupo mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio do Grupo não é alterada por esta razão.

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

O Grupo realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação

para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, o Grupo reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado. Vide nota explicativa 18.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 35.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16 / IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.5 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.6 Intangível e Ativo Contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

O ágio (“goodwill”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (i) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.
- (ii) Investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão) em serviço: em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação de distribuição de energia elétrica da Companhia e devem respeitar as mesmas regras regulatórias descritas no item 3.5.

- (iii) Uso do Bem Público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

A partir de 1º de janeiro de 2018, os ativos de infraestrutura da concessão em curso das distribuidoras foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47 / IFRS 15.

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos. Adicionalmente considerando-se também por analogia condições previstas no referido CPC 04, o ativo que pode ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, e tendo como base os parâmetros que são determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. Tais montantes são transformados pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

Essa compensação aos geradores hidroelétricos que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, é reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica. Vide notas explicativas 13.1, 16.2 e 28.

3.7 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

O Grupo avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pelo Grupo resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 / CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o *ágio* (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: *ágio*, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo *ágio*, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.9 Benefícios a empregados

Algumas controladas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. As controladas de distribuição de energia efetuam a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e faturam mensalmente o consumo de MWh baseadas nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia de cada distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura das transmissoras é registrada de acordo com o CPC 47 / IFRS 15, tendo como contrapartida um ativo contratual.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos pelo regime de competência sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento do Grupo.

3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações

em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.14 Subvenção governamental – CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pelo Grupo. São registradas no resultado dos exercícios nos quais o Grupo reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares - nota 27.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar o Grupo por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.15 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando as concessionárias e permissionárias autorizadas a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada quatro anos ou cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita das distribuidoras é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela concessionária nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.16 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição

para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“goodwill”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.17 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas CPFL Geração, CPFL Brasil, Jaguari Geração, CPFL Renováveis, CPFL Eficiência e Alesta são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 13.4.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Conseqüentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.18 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

3.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de hedge.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O Grupo determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado, intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 35) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos das concessionárias de distribuição, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária das distribuidoras. Este processo, realizado a cada quatro ou cinco anos, de acordo com cada concessionária, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa das distribuidoras que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária de distribuição ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos bancários	9.789	2.195	481.532	450.622
Aplicações financeiras	385.957	31.714	3.437.264	1.486.541
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	-	703	-
Títulos de crédito privado (b)	385.957	31.714	3.320.840	1.279.740
Fundos de investimento (c)	-	-	115.721	206.801
Total	395.745	33.909	3.918.796	1.937.163

- Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).
- Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB’s no montante de R\$ 2.595.585 (R\$ 994.521 em 31 de dezembro de 2019), (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 725.255 (R\$ 284.863 em 31 de dezembro de 2019) e (iii) letras de arrendamento mercantil no montante de R\$ 356 em 31 de dezembro de 2019. Todas estas operações possuem liquidez diária,

vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,67% do CDI (94,13% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

- c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 81,64% do CDI (92,26% do CDI em 31 de dezembro de 2019), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Através de fundos de investimentos (a)	308.482	449.786
Aplicação direta (b)	1.563.597	401.218
Total	1.872.079	851.004

- (a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 81,64% do CDI (99,87% do CDI em 31 de dezembro de 2019).
- (b) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, LFT, cuja remuneração equivalente, na média de 100% da SELIC.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

	Consolidado			Total	
	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	> 90 dias	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	1.012.623	591.899	78.832	1.683.354	1.560.630
Industrial	195.807	54.910	104.428	355.145	504.078
Comercial	262.204	80.522	32.098	374.824	498.499
Rural	97.929	29.048	13.084	140.061	149.864
Poder público	57.080	9.391	8.394	74.865	119.389
Iluminação pública	76.498	4.532	3.872	84.902	79.373
Serviço público	51.292	27.088	14.783	93.163	124.655
Faturado	1.753.433	797.390	255.491	2.806.314	3.036.488
Não faturado	1.554.563	-	-	1.554.563	1.230.883
Parcelamento de débito de consumidores	253.962	43.070	33.497	330.529	247.431
Operações realizadas na CCEE	377.053	3	34.662	411.718	350.354
Concessionárias e permissionárias	371.394	8.640	11.367	391.401	403.628
Outros	56.365	-	-	56.365	50.191
	4.366.771	849.103	335.017	5.550.890	5.318.975
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(344.037)	(333.396)
Total				5.206.854	4.985.578
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	193.088	-	-	193.088	179.045
Energia livre	6.925	-	-	6.925	6.739
Operações realizadas na CCEE	-	23.167	605.134	628.301	527.284
Total	200.013	23.167	605.134	828.314	713.068

Parcelamento de débitos de consumidores - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da CPFL.

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE e (iii) saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais (liminares) de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias, efetuados, principalmente, pelas controladas CPFL Brasil e CPFL Renováveis.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 35 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 2)	Total
Saldo em 31/12/2018	(300.601)	(28.698)	(329.299)
Provisão revertida (constituída) líquida	(433.224)	(320)	(433.543)
Recuperação de receita	200.046	73	200.119
Baixa de contas a receber provisionadas	200.382	(73)	200.309
Saldo em 31/12/2019	(333.396)	(29.019)	(362.415)
Provisão revertida (constituída) líquida	(414.076)	188	(413.888)
Recuperação de receita	186.384	166	186.550
Baixa de contas a receber provisionadas	217.051	(166)	216.885
Saldo em 31/12/2020	(344.037)	(28.831)	(372.868)

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 35.e.

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	-	1.705	5.088
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	-	2.911	12.522
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.464	78	83.163	70.088
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.464	78	87.779	87.698
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	1.414	40.099	1.414	40.432
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.186	18.847	97.507	80.499
ICMS a compensar	-	-	153.576	144.415
Programa de integração social - PIS	-	-	15.921	10.958
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	62.176	51.084
Outros	-	-	6.672	4.039
Outros tributos a compensar	4.600	58.947	337.266	331.428
Total circulante	8.064	59.025	425.045	419.126
Não circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	680	65.589
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	34.735	35.939
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	35.415	101.528
ICMS a compensar	-	-	208.066	191.523
Programa de integração social - PIS	-	-	28.561	30.987
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	128.152	142.779
Outros	-	-	4.201	5.306
Outros tributos a compensar	-	-	368.979	370.595
Total não circulante	-	-	404.394	472.123

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

Contribuição social a compensar – CSLL - No não circulante em 2019, refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela controlada CPFL Paulista, transitada em julgado. Os valores foram compensados no ano de 2020 não havendo mais saldo a recuperar deste processo.

ICMS a compensar – No não circulante, refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos imobilizados, ativos intangíveis e ativos financeiros.

Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

Algumas controladas da CPFL Energia fazem parte de diversos processos judiciais em andamento envolvendo o Governo Federal do Brasil, os quais estão relacionados à exclusão dos montantes de ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS e ao direito de ressarcimento de valores anteriormente pagos. Em 2019, a controlada CPFL Santa Cruz (relacionado aos processos originais de quatro companhias agrupadas - CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa) obteve decisão judicial final favorável em última instância, a qual não está sujeita a novo recurso. Como resultado, a controlada registrou um crédito fiscal de R\$ 166.870, utilizando método de cálculo em conformidade com a Orientação da Receita Federal 13/2018.

Baseado em opiniões legais, o Grupo entende que montantes recebidos como créditos fiscais após o trânsito em julgado por suas controladas de distribuição deverão ser reembolsados aos consumidores assim que a Receita Federal aprovar tais compensações de créditos, limitado ao prazo prescricional de 10 anos. Em 2019, a controlada registrou um passivo relacionado à necessidade de devolução de créditos fiscais, considerando tal período.

Portanto, para o período encerrado em 31 de dezembro de 2020, a CPFL Santa Cruz registrou um ativo de R\$ 150.631 na rubrica de “tributos a compensar”, em contrapartida a um passivo de R\$ 134.635 em “outras contas a pagar – consumidores” (nota 24), sendo que deste montante R\$ 20.151 já foram compensados pela controlada ao longo do ano. Adicionalmente, nenhum registro foi feito nas demais controladas, uma vez que aguardam decisões finais de seus respectivos processos.

Em 09 de fevereiro de 2021, a controlada RGE teve transitado em julgado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª. Região, decisão favorável em processo judicial no qual foi reconhecido o direito à não inclusão dos valores do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente. A Companhia estima o valor a recuperar em aproximadamente R\$ 1,8 bilhões (com base na Orientação da Receita Federal 13/2018) e está avaliando os montantes a serem reembolsados aos consumidores de acordo com os aspectos legais e regulatórios, bem como os respectivos impactos contábeis e financeiros da referida decisão, em conjunto com seus assessores legais.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Consolidado											
	Saldo em 31/12/2019			Receita operacional (nota 27)		Resultado financeiro (nota 30)		Recebimento		Saldo em 31/12/2020		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Conta COVID	Diferido	Homologado	Total		
Parcela "A"	891.247	497.977	1.389.225	1.605.064	(831.722)	23.292	(1.213.167)	846.468	126.225	972.694		
CVA (*)												
CDE (**)	1.277	118.083	119.360	218.448	(251.842)	6.452	2.090	(1.397)	95.905	94.508		
Custos energia elétrica	294.291	180.446	474.737	(1.040.703)	(46.237)	(2.077)	315.513	(14.381)	(284.385)	(298.765)		
ESS e EER (***)	(341.381)	(301.275)	(642.656)	(156.268)	555.821	(14.622)	281.094	217.177	(193.807)	23.370		
Proinfa	881	23.361	24.242	(46.157)	(3.447)	(614)	(760)	(4.146)	(22.590)	(26.736)		
Rede básica	180.686	7.967	188.654	465.720	(144.506)	5.078	(127.793)	300.579	86.572	387.151		
Repasse de Itaipu	848.587	542.747	1.391.334	1.646.615	(1.068.509)	31.714	(960.327)	627.066	413.761	1.040.827		
Transporte de Itaipu	29.275	18.763	48.038	61.777	(38.662)	1.104	(14.764)	42.186	15.307	57.493		
Neutralidade dos encargos setoriais	9.636	(34.324)	(24.688)	50.365	29.032	(561)	(179.361)	(141.768)	16.554	(125.214)		
Sobrecontratação	(132.005)	(57.791)	(189.796)	405.268	136.629	(3.182)	(528.859)	(178.848)	(1.092)	(179.940)		
Outros componentes financeiros	(285.566)	(109.885)	(395.451)	13.267	24.835	(5.921)	(168.738)	(440.264)	(91.744)	(532.008)		
Total	605.681	388.092	993.775	1.618.331	(806.887)	17.371	(1.381.905)	406.204	34.481	440.686		
Ativo circulante			1.093.588							558.884		
Ativo não circulante			2.748							108.908		
Passivo circulante			-							(41.514)		
Passivo não circulante			(102.561)							(185.592)		

(*) Conta de compensação de variação dos valores de itens da “Parcela A”

(**) Conta de Desenvolvimento Energético

(***) Encargo do serviço do sistema (ESS) e Encargo de energia de reserva (EER)

Recebimento Conta COVID

Em 2020, as controladas de distribuição receberam da conta COVID o montante de R\$ 1.381.905 correspondente ao valor líquido entre ativos e passivos financeiros setoriais, relativos às competências de abril a outubro de 2020. Esse recebimento representa o montante declarado e homologado pela ANEEL.

CVA

Referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.14. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros

Refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação dos ciclos de revisão tarifária periódica; (ii) recálculos de processos tarifários anteriores; (iii) efeito tarifário decorrente de acordo bilateral entre partes signatárias de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR; e (v) garantias financeiras nas contratações de energia.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	6.101	22.174	196.979	124.852
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	-	81.733	89.511
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(156)	553	(331.326)	(218.616)
Subtotal	5.945	22.727	(52.614)	(4.254)
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	19.567	61.209	550.159	345.462
Benefício fiscal do intangível incorporado	-	-	262.643	288.754
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(432)	1.537	(918.139)	(602.934)
Subtotal	19.135	62.747	(105.339)	31.282
Crédito (Débito) de PIS e COFINS				
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	-	-	(23.985)	(10.380)
Total	25.080	85.474	(181.938)	16.647
Total crédito fiscal	25.080	85.474	585.869	1.064.716
Total débito fiscal	-	-	(767.807)	(1.048.069)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de resultados futuros.

10.2 Benefício fiscal do intangível incorporado

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição de controladas, conforme demonstrado na tabela abaixo, os quais foram incorporados e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização, durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 15.

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	31.994	88.873	36.620	101.723
CPFL Piratininga	8.110	27.832	9.145	31.385
RGE	41.629	136.137	43.746	144.878
CPFL Geração	-	-	-	10.769
CPFL Renováveis	-	9.800	-	-
	81.733	262.643	89.511	288.754

10.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	42.961	119.337	-	41.817	116.158	-
Entidade de previdência privada	5.283	14.674	-	4.006	11.127	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.927	94.241	-	33.288	92.466	-
Provisão energia livre	9.861	27.390	-	9.632	26.756	-
Programas de P&D e eficiência energética	23.990	66.638	-	33.289	92.468	-
Provisão relacionada a pessoal	7.066	19.629	-	6.225	17.293	-
Diferença de taxas de depreciação	3.477	9.657	-	4.097	11.380	-
Derivativos	(174.570)	(484.916)	-	(46.344)	(128.733)	-
Registro da concessão - ajuste do intangível	(4.521)	(12.558)	-	(5.352)	(14.867)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(206.554)	(579.845)	-	(171.599)	(476.664)	-
Perdas atuariais	25.798	71.660	-	25.567	71.020	-
Marcação a Mercado- Derivativos	(12.634)	(35.094)	-	(8.670)	(24.082)	-
Marcação a Mercado- Dívidas	2.661	7.389	-	9.440	26.222	-
Outros	(30.131)	(86.764)	(23.985)	(28.477)	(77.238)	(10.380)
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(40.438)	(112.327)	-	(45.568)	(126.578)	-
Perdas atuariais	189.514	526.429	-	137.853	382.925	-
Marcação a Mercado- Derivativos	1.519	4.222	-	(318)	(883)	-
Marcação a Mercado- Dívidas	(8.164)	(22.678)	-	(6.638)	(18.439)	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios						
Impostos diferidos - ativo:						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	10.209	28.357	-	10.748	29.855	-
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	16.965	47.125	-	18.344	50.955	-
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(18.323)	(50.897)	-	(19.177)	(53.270)	-
Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(205.445)	(559.317)	-	(216.651)	(601.809)	-
Outras diferenças temporárias	(3.778)	(10.494)	-	(4.128)	(8.995)	-
Total	(331.326)	(918.139)	(23.985)	(218.616)	(602.934)	(10.380)

10.4 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

	Consolidado
2021	339.973
2022	341.040
2023	256.136
2024	159.835
2025	176.056
2026 a 2028	1.143.480
2029 a 2031	16.732
Total	2.433.253

10.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2020 e 2019:

	Controladora			
	2020		2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	3.756.287	3.756.287	2.825.333	2.825.333
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(3.816.429)	(3.816.429)	(2.827.718)	(2.827.718)
Amortização de intangível adquirido	(13.528)	-	(13.528)	-
Juros sobre o capital próprio	265.014	265.014	345.484	345.484
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	20.479	31.058	12.959	24.239
Base de cálculo	211.823	235.930	342.530	367.338
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(19.064)	(58.982)	(30.828)	(91.834)
Ajustes de créditos fiscais	(10.566)	(24.526)	-	-
Total	(29.630)	(83.508)	(30.828)	(91.835)
Corrente	(12.847)	(39.892)	(17.677)	(53.445)
Diferido	(16.783)	(43.616)	(13.151)	(38.390)

	Consolidado			
	2020		2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	4.797.341	4.797.341	3.986.293	3.986.293
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(409.606)	(409.606)	(349.090)	(349.090)
Amortização de intangível adquirido	48.664	62.756	48.649	62.756
Efeito regime lucro presumido	(541.420)	(617.379)	(383.968)	(444.168)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	145.446	145.446	162.438	162.438
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	165.553	134.270	103.889	50.343
Base de cálculo	4.205.978	4.112.828	3.568.211	3.468.572
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(378.538)	(1.028.207)	(321.139)	(867.143)
Ajustes de créditos fiscais	82.611	235.160	(12.903)	(29.148)
Provisão para riscos fiscais	(1.209)	(172)	(2.570)	(5.097)
Total	(297.137)	(793.219)	(336.610)	(901.386)
Corrente	(194.872)	(514.152)	(303.332)	(804.994)
Diferido	(102.264)	(279.066)	(33.279)	(96.392)

Amortização de intangível adquirido - Refere-se à parcela não dedutível da amortização do intangível originado na aquisição de controladas. Na controladora, tais valores são classificados na linha de resultado de equivalência patrimonial, em atendimento do ICPC 09 (R2) (nota 13).

Ajustes de créditos fiscais – O crédito fiscal constituído corresponde à parcela do crédito fiscal sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros. A parcela de crédito não constituído corresponde ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício de R\$ 381.330 (despesa de R\$ 129.671 em 2019) refere-se principalmente a (i) prejuízo fiscal e base negativa (receita de R\$ 276.824 em 2020 e despesa de R\$ 49.703 em 2019); (ii) benefício fiscal do intangível incorporado (despesa de R\$ 33.889 em 2020 e R\$ 45.257 em 2019) e (iii) diferenças temporárias (despesa de R\$ 624.265 em 2020 principalmente relacionado a derivativos e R\$ 34.711 em 2019).

10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2020 e 2019 foram os seguintes:

	Consolidado			
	2020		2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	667.862	667.862	1.122.747	1.122.747
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	(73.037)	(73.037)	44.058	44.058
Base de cálculo	594.825	594.825	1.166.805	1.166.805
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(53.534)	(148.706)	(105.012)	(291.701)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	1.630	5.200	25.229	70.079
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	(51.904)	(143.506)	(79.783)	(221.621)
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	4.915	4.915	1.662	1.662
Custo atribuído de ativo imobilizado	38.707	38.707	38.897	38.897
Subtotal	43.622	43.622	40.559	40.559
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(3.926)	(10.906)	(3.650)	(10.140)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(55.830)	(154.412)	(83.434)	(231.760)

10.7 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2020, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 111.678, por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Algumas controladas também possuem créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2020, as principais controladas que possuem tais créditos não registrados são CPFL Renováveis R\$ 576.370, Sul Geradora R\$ 72.781, CPFL Telecom R\$ 32.993, CPFL Eficiência Energética R\$ 1.549, Jaguari Geração R\$ 2.467, CPFL Meridional R\$ 178 e CPFL Cone Sul R\$ 260. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	Consolidado
Saldo em 31/12/2018	7.430.149
Não circulante	7.430.149
Transferência - ativo contratual	1.090.393
Transferência - ativo intangível	(3.502)
Ajuste ao valor justo	296.037
Baixas	(33.361)
Saldo em 31/12/2019	8.779.717
Não circulante	8.779.717
Transferência - ativo contratual	1.211.176
Transferência - ativo intangível	(3.189)
Ajuste ao valor justo	405.942
Baixas	(46.078)
Saldo em 31/12/2020	10.347.567
Não circulante	10.347.567

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido nos contratos de concessões das distribuidoras de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição - "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 27) no resultado do exercício.

Em 2020, o valor das baixas de R\$ 46.078 (R\$ 33.361 em 2019) refere-se a baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 17.548 (R\$ 15.404 em 2019) e a baixa do ativo de R\$ 28.531 (R\$ 17.957 em 2019).

(12) OUTROS ATIVOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos - Fundação CESP	8.621	13.562	6.797	6.797
Adiantamentos - fornecedores	123.325	43.587	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	1.592	1.431	13.994	569.733
Ordens em curso	307.042	130.954	10.813	9.448
Serviços prestados a terceiros	17.747	23.388	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	7.751	10.432
Despesas antecipadas	83.542	76.756	10.860	4.608
Repactuação GSF	-	6.488	-	-
Contas a receber - CDE	142.403	147.470	-	-
Adiantamentos a funcionários	22.674	20.640	-	-
Outros	205.709	141.353	121.924	135.000
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(28.831)	(29.019)	-	-
Total	883.824	576.610	172.140	736.019

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento das controladas.

Ordens em curso – Compreende custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em Outras Contas a Pagar (nota 24).

Contas a receber – CDE – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 26.663 (R\$ 16.944 em 31 de dezembro de 2019), (ii) outros descontos tarifários concedidos a consumidores no montante de R\$ 115.740 (R\$ 130.516 em 31 de dezembro de 2019), (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 9 em 31 de dezembro de 2019.

(13) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	11.594.504	11.741.300	1.007.016	988.516
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.092.000	14.160	-	-
Subtotal	12.686.504	11.755.460	1.007.016	988.516
Mais valia de ativos, líquidos	490.146	565.617	8.902	9.481
Ágio de rentabilidade futura	6.054	6.054	-	-
Total	13.182.704	12.327.132	1.015.918	997.997

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) referem-se a recursos concedidos pela Companhia basicamente para a controlada CPFL Geração. Em 31 de dezembro de 2019 refere-se a controlada CPFL Eficiência.

13.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

	31/12/2020				31/12/2020		31/12/2019	2020	2019
	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial		
Investimento									
CPFL Paulista	12.452.644	1.325.848	839.291	971.969	839.291	1.522.421	971.969	837.604	
CPFL Piratininga	4.740.640	253.909	188.193	373.487	188.193	564.024	373.487	281.634	
CPFL Santa Cruz	1.826.815	170.413	529.951	90.427	529.951	465.625	90.427	101.228	
RGE	12.195.566	2.820.677	3.578.351	675.483	3.128.857	3.489.745	616.097	559.783	
CPFL Geração	6.178.825	935.773	4.558.486	1.198.337	4.558.486	3.068.752	1.198.337	862.726	
CPFL Renováveis	10.657.129	4.032.292	5.864.402	792.496	2.882.354	2.125.023	391.359	52.388	
CPFL Jaguarí Geração	67.886	40.108	56.775	11.313	56.775	58.310	11.313	9.849	
CPFL Brasil	1.312.443	3.000	89.871	133.423	89.871	86.651	133.423	109.090	
CPFL Planalto	5.314	630	4.926	4.582	4.926	6.466	4.582	4.022	
CPFL Serviços	340.164	150.929	183.179	28.849	183.179	131.181	28.849	13.445	
CPFL Atende	22.946	5.991	12.211	11.501	12.211	24.296	11.501	11.266	
CPFL Infra	12.044	38	598	553	598	14.025	553	17.643	
CPFL Pessoas	9.084	811	5.183	8.410	5.183	4.517	8.410	2.047	
CPFL Finanças	14.416	385	8.047	14.085	8.047	5.566	14.085	3.982	
CPFL Supre	6.625	826	3.652	4.861	3.652	3.267	4.861	1.232	
CPFL Total	41.541	9.005	30.830	27.821	-	35.348	25.542	25.665	
CPFL Telecom	3.617	1.928	3.231	(957)	3.231	4.188	(957)	113	
CPFL Centrais Geradoras	-	-	-	(214)	-	16.020	(214)	22	
CPFL Eficiência	148.973	90.234	133.786	5.418	133.786	118.189	5.418	(3.835)	
AUTHI	23.324	10	12.425	579	12.425	11.846	579	11.836	
CPFL Alesta	45.598	38.126	45.490	2.279	45.490	-	2.279	-	
Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada					12.686.504	11.755.460	3.891.900	2.901.740	
Amortização da mais valia de ativos					-	-	(75.471)	(74.023)	
Total					12.686.504	11.755.460	3.816.429	2.827.718	
Investimento					11.594.504	11.741.300			
Adiantamento para futuro aumento de capital					1.092.000	14.160			

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 75.471 (R\$ 74.023 em 2019) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2020 e 2019 é como segue:

Investimento	Investimento em 31/12/2019	Aumento (redução) / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Reestruturação societária (nota 13.5 e 13.6)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para futuro aumento de capital	Investimento em 31/12/2020
CPFL Paulista	1.522.421	-	971.969	(280.063)	-	(1.375.035)	-	839.291
CPFL Piratininga	564.024	-	373.487	(99.910)	-	(649.409)	-	188.193
CPFL Santa Cruz	465.625	-	529.951	(168)	-	(25.933)	-	529.951
RGE	3.489.745	-	616.097	(1.132)	-	(975.853)	-	3.128.857
CPFL Geração	3.068.752	-	1.198.337	76.951	(564.118)	(308.437)	1.087.000	4.558.486
CPFL Renováveis	2.125.023	-	391.359	(98.158)	579.924	(115.796)	-	2.882.354
CPFL Jaguarí Geração	58.310	-	11.313	-	-	(12.848)	-	56.775
CPFL Brasil	86.651	-	133.423	(1.559)	-	(128.645)	-	89.871
CPFL Planalto	6.466	-	4.926	-	-	(6.122)	-	4.926
CPFL Serviços	131.181	30.000	28.849	-	-	(6.852)	-	183.179
CPFL Atende	24.296	(8.000)	11.501	-	-	(15.586)	-	12.211
CPFL Infra	14.025	-	598	-	-	(13.980)	-	598
CPFL Pessoas	4.517	-	8.410	-	-	(7.744)	-	5.183
CPFL Finanças	5.566	-	14.085	-	-	(11.605)	-	8.047
CPFL Supre	3.267	-	4.861	-	-	(4.476)	-	3.652
CPFL Total	35.348	-	25.542	-	(35.225)	(25.665)	-	-
CPFL Telecom	4.188	-	(957)	-	-	-	-	3.231
CPFL Centrais Geradoras	16.020	-	(214)	-	(15.806)	-	-	-
CPFL Eficiência	118.189	14.160	5.418	-	-	5.179	(9.160)	133.786
AUTHI	11.846	-	579	-	-	-	-	12.425
CPFL Alesta	-	8.094	2.279	-	35.225	(108)	-	45.490
	11.755.460	44.254	3.891.900	(404.039)	-	(3.678.915)	1.077.840	12.686.504

Em outubro de 2020 a Companhia realizou um adiantamento para futuro aumento de capital na CPFL Geração de R\$ 1.087.000 como parte do plano de pré-pagamentos de dívidas.

Investimento	Investimento em 31/12/2018	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros	Investimento em 31/12/2019
CPFL Paulista	1.910.866	-	837.604	(609.470)	(616.579)	-	-	1.522.421
CPFL Piratininga	516.235	-	281.634	(160.197)	(73.647)	-	-	564.024
CPFL Santa Cruz	392.040	-	101.228	28	(27.671)	-	-	465.625
RGE Sul (RGE)	3.286.587	-	559.783	(68.062)	(288.563)	-	-	3.489.745
CPFL Geração	2.625.465	-	862.726	(19.373)	(324.769)	-	(75.298) (1)	3.068.752
CPFL Renováveis	-	-	52.388	-	-	-	2.072.635 (2)	2.125.023
CPFL Jaguari Geração	58.656	-	9.849	-	(10.194)	-	-	58.310
CPFL Brasil	72.680	-	109.090	(9.425)	(85.693)	-	-	86.651
CPFL Planalto	2.444	-	4.022	-	-	-	-	6.466
CPFL Serviços	120.929	39.900	13.445	-	(3.193)	(39.900)	-	131.181
CPFL Atende	19.363	-	11.266	-	(6.334)	-	-	24.296
CPFL Infra	16.558	-	17.643	-	(14.087)	-	(6.089) (3)	14.025
CPFL Pessoas	-	-	2.047	-	-	-	2.470 (3)	4.517
CPFL Finanças	-	-	3.982	-	-	-	1.584 (3)	5.566
CPFL Supre	-	-	1.232	-	-	-	2.035 (3)	3.267
CPFL Total	19.953	-	25.665	-	(10.270)	-	-	35.348
CPFL Telecom	5.465	95	113	-	(1.389)	(95)	-	4.188
CPFL Centrais Geradoras	15.998	-	22	-	-	-	-	16.020
CPFL Eficiência	85.744	42.400	(3.835)	-	22.120	(28.240)	-	118.189
AUTHI	21.463	-	11.836	-	(21.453)	-	-	11.846
	9.170.444	82.395	2.901.740	(866.498)	(1.461.722)	(68.235)	1.997.337	11.755.460

(1) Perda em participação sem alteração no controle, referente ao aumento de capital por capitalização de AFAC pela controlada CPFL Geração na controlada CPFL Renováveis ocorrida no primeiro semestre de 2019. A contrapartida foi o registro no patrimônio líquido, por se tratar de transação entre sócios;

(2) Aquisição de participação adicional de 46,76% na controlada CPFL Renováveis;

(3) Reorganização societária

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento em controladas em conjunto	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
Baesa	170.166	156.185	36.531	750
Enercan	279.064	207.868	200.432	123.240
Chapecoense	319.723	381.219	127.599	140.949
EPASA	238.062	243.244	45.623	84.730
Mais valia de ativos, líquidos	8.902	9.481	(579)	(579)
	1.015.918	997.997	409.606	349.090

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, considerando que já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário referentes ao GSF, para os empreendimentos controlados em conjunto Baesa e Enercan, em linha com a Lei nº 14.052/20, o Grupo reconheceu no resultado de equivalência patrimonial o montante total de R\$ 84.930, líquido dos impostos, equivalente à extensão de prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. O registro do ativo em 2020 ocorre em função de que estas empresas decidiram anteriormente pela repactuação em 2015 e não têm decisões econômicas relevantes a serem tomadas para o recebimento da extensão. Para mais informações vide nota explicativa 3.6 e 16.2.

13.2 Mais valia de ativos e ágio

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 15).

13.3 Juros sobre o capital próprio ("JCP") e Dividendo a receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os seguintes saldos a receber das controladas abaixo, referentes a dividendo e JCP:

Controlada	Controladora					
	Dividendo		Juros sobre o capital próprio		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CPFL Paulista	142.692	504.789	88.151	115.928	230.843	620.717
CPFL Piratininga	320.186	32.172	28.191	35.254	348.377	67.426
CPFL Santa Cruz	3.337	3.473	19.206	39.728	22.543	43.201
RGE	145.362	-	-	-	145.362	-
CPFL Geração	205.120	-	87.820	53.937	292.940	53.937
CPFL Centrais Geradoras	-	815	-	-	-	815
Jaguari de Geração	11.042	10.194	-	-	11.042	10.194
CPFL Brasil	-	-	1.315	1.200	1.315	1.200
CPFL Serviços	6.852	3.193	-	-	6.852	3.193
CPFL Atende	-	-	580	343	580	343
CPFL Infra	4.000	-	-	-	4.000	-
CPFL Eficiência	-	2.630	-	2.550	-	5.179
AUTHI	10.000	10.000	-	-	10.000	10.000
CPFL Renováveis	92.509	-	-	-	92.509	-
CPFL Alesta	108	-	-	-	108	-
	941.208	567.266	225.263	248.940	1.166.469	816.205

No consolidado, o saldo de dividendo e JCP a receber de R\$ 80.647 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 100.297 em 31 de dezembro de 2019, refere-se basicamente aos empreendimentos controlados em conjunto.

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2020 o montante de R\$ 1.278.204 a título de dividendo e juros sobre capital próprio a receber referentes ao exercício de 2019. Adicionalmente, as controladas declararam em 2020 (i) R\$ 1.481.208 como dividendo intermediário referente aos resultados intermediários de 2020; (ii) R\$ 225.262 como JCP referente aos resultados de 2020 e (iii) R\$ 653.883 como dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2020.

Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 3.288.899 foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2020.

13.4 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

13.4.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	Total
Saldo em 31/12/2018	76.448	2.112.693	80.493	2.269.634
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,40%	40,07%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	36.914	950	7.762	45.625
Ganho em participação sem alteração no controle	-	75.298	-	75.298
Aquisição de participação de não controladores	-	(2.072.635)	-	(2.072.636)
Dividendos	(9.228)	(11.895)	(7.986)	(29.109)
Outras movimentações	-	122	(77)	45
Saldo em 31/12/2019	104.134	104.532	80.191	288.856
Participação acionária e no capital votante	35,00%	0,06%	40,07%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	41.383	13.510	8.944	63.837
Alteração de participação sem alteração de controle	-	4.079	-	4.079
Dividendos	(38.032)	(16.410)	(2.223)	(56.665)
Outras movimentações	-	(58)	(48)	(105)
Saldo em 31/12/2020	107.485	105.653	86.864	300.001
Participação acionária e no capital votante	35,00%	0,00%	40,07%	

13.4.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	31/12/2020			31/12/2019		
	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado
	Ativo circulante	48.362	1.470.489	26.472	78.836	1.312.372
Caixa e equivalentes de caixa	14.580	326.991	18.458	33.140	412.579	9.564
Ativo não circulante	755.415	10.798.816	151.258	751.546	10.496.351	141.185
Passivo circulante	237.318	3.396.333	37.039	215.198	1.545.741	35.374
Empréstimos, financiamentos e debêntures	105.718	280.309	-	106.128	617.030	-
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	-	2.084.052	-	-	-	-
Outros passivo financeiros	13.560	36.969	297	13.256	430.257	250
Passivo não circulante	259.359	2.902.917	792	317.660	5.616.562	782
Empréstimos, financiamentos e debêntures	105.531	1.807.460	-	211.051	4.387.676	-
Outros passivo financeiros	112.055	-	-	91.181	-	-
Patrimônio líquido	307.100	5.970.055	139.899	297.523	4.646.421	124.763
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	307.100	5.864.403	139.899	297.523	4.544.434	124.763
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	105.653	-	-	101.987	-
	2020			2019		
	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado	CERAN	CPFL Renováveis	Paulista Lajeado
Receita operacional líquida	291.163	2.198.696	40.301	339.041	1.928.011	42.206
Custo e despesa operacional	(29.972)	(776.897)	(21.726)	(102.685)	(724.479)	(25.225)
Depreciação e amortização	(42.463)	(599.145)	(2)	(43.033)	(645.722)	(4)
Receita de juros	2.188	34.918	388	4.821	73.216	679
Despesa de juros	(43.322)	(293.272)	-	(39.623)	(420.775)	-
Despesa de imposto sobre a renda	(59.794)	241.763	(4.037)	(52.197)	(47.152)	(2.814)
Lucro (prejuízo) líquido	118.236	806.006	22.423	105.468	107.024	19.370
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	118.236	792.496	22.423	105.468	96.628	19.370
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	13.510	-	-	10.396	-

13.4.3 Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, são como segue:

	31/12/2020				31/12/2019			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
	Ativo circulante	265.347	88.780	265.109	349.437	219.117	66.863	379.359
Caixa e equivalentes de caixa	108.113	15.338	122.642	104.598	77.290	18.315	240.645	96.130
Ativo não circulante	1.036.903	1.062.369	2.328.892	382.076	982.032	915.379	2.472.085	470.864
Passivo circulante	446.195	74.545	371.414	90.428	390.817	72.383	451.803	93.512
Empréstimos, financiamentos e debêntures	129.386	-	138.128	35.583	133.548	-	138.759	35.660
Outros passivo financeiros	5.577	36.057	79.396	1.281	7.131	35.944	75.668	1.416
Passivo não circulante	283.300	396.099	1.595.678	194.804	383.699	285.259	1.652.152	216.233
Empréstimos, financiamentos e debêntures	127.895	-	778.003	80.750	255.756	-	913.308	115.842
Outros passivo financeiros	30.081	321.057	789.590	-	25.513	271.267	731.113	-
Patrimônio líquido	572.756	680.505	626.909	446.282	426.632	624.591	747.489	455.996
	2020				2019			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	719.581	296.078	933.403	405.674	650.900	286.378	881.458	560.203
Custo e despesa operacional	(31.749)	61.621	(225.902)	(203.805)	(192.780)	(201.494)	(195.973)	(319.024)
Depreciação e amortização	(49.757)	(51.701)	(124.580)	(90.400)	(49.110)	(50.832)	(124.244)	(34.690)
Receita de juros	2.904	803	9.522	4.027	5.573	1.850	16.309	3.990
Despesa de juros	(18.639)	(85.139)	(209.183)	(10.346)	(33.399)	(31.533)	(163.977)	(13.972)
Despesa de imposto sobre a renda	(209.879)	(75.762)	(134.981)	(22.255)	(126.313)	(1.124)	(136.830)	(38.983)
Lucro (prejuízo) líquido	411.370	146.090	250.194	85.528	252.941	2.999	276.370	158.839
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades Epasa e Chapecoense, a controlada CPFL Geração controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelo empreendimento controlado em conjunto Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendo à controlada CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

13.4.4 Operação controlada em conjunto

A Companhia, por meio da sua controlada integral CPFL Renováveis, possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

13.5 Integração da CPFL Renováveis

Em 22 de setembro de 2020 por meio das Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e 9.230/2020, a ANEEL autorizou a cisão parcial da CPFL Geração com versão de seu acervo líquido cindido para a CPFL Renováveis, a incorporação total da CPFL Centrais Geradoras pela CPFL Renováveis, e aumento de capital da CPFL Renováveis mediante a integralização de créditos pela CPFL Geração, com todas operações aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 30 de setembro de 2020. A nova estrutura tem por objetivo gerar fortalecimento das estruturas administrativas e trazer sinergias para o Grupo.

Em decorrência da reestruturação societária, e em consequência das operações o Capital Social da CPFL Geração e CPFL Renováveis passam a ser, em 30 de setembro de 2020, R\$ 935.782 e R\$ 4.032.291 respectivamente, além de haver extinção da CPFL Centrais Geradoras, que é sucedida pela CPFL Renováveis. Após as supracitadas transações a participação da CPFL Energia e CPFL Geração na CPFL Renováveis passam a ser 49,15% e 50,85% respectivamente.

O acervo líquido cindido da CPFL Geração apurado nesta transação foi de R\$ 395.929 em 30 de junho de 2020 (data do laudo), sendo capital social R\$ 108.129 e resultado abrangente R\$ 287.700 e R\$ 564.118 em 30 de setembro de 2020 (data de aprovação na AGE e efetivação da transação), sendo capital social R\$ 108.129, resultado abrangente R\$ 281.840 e lucros acumulados de R\$ 174.139, e não gerou nenhum efeito nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

13.6 Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A. e incorporação das ações da CPFL Total

A Alesta Sociedade de Crédito Direto S.A. constituída em 15 de abril de 2020 teve sua autorização para funcionamento concedido pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho de 2020, e tem por objeto (i) a realização de operações de empréstimo de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham origem o capital próprio, (ii) a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança de crédito para terceiros (iii) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas no item (i), e (iv) participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras.

Em 25 de novembro de 2020, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 7.094, passando de R\$ 1.000 para R\$ 8.094, mediante emissão de 7.094.269 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 6 de novembro de 2020, foi aprovada, nos termos do artigo 252 e ss. da Lei 6.404/76, a operação societária de incorporação de ações da CPFL Total, de forma que se torna uma subsidiária integral da Alesta, com o consequente aumento do capital social pelas acionistas CPFL Energia e CPFL Brasil no valor total de R\$ 30.031, passando de R\$ 8.094 para R\$ 38.125, mediante emissão de 30.031.232 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme relação de substituição acionária, por meio da versão das ações da CPFL Total. A operação foi realizada em 30 de novembro de 2020 e possuiu o objetivo de aprimorar os processos internos com a especialização das atividades desenvolvidas e garantir melhor utilização da expertise técnica e obtenção de ganhos sinérgicos com a unificação desses ativos na estrutura da Alesta.

(14) IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2018	176.839	1.391.775	986.800	6.615.793	67.135	7.512	210.760	9.456.614
Custo histórico	224.783	2.218.604	1.585.723	9.905.396	131.549	23.039	210.760	14.299.854
Depreciação acumulada	(47.944)	(826.829)	(598.923)	(3.289.603)	(64.415)	(15.527)	-	(4.843.240)
Adições	-	-	-	-	-	-	301.459	301.459
Baixas	-	(5)	(31.080)	(31.033)	(33.045)	-	(8)	(95.171)
Transferências	603	15.882	51.413	111.804	7.358	449	(187.510)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(1.333)	(8.249)	(6.952)	12.987	-	(40)	1.924	(1.662)
Depreciação	(8.880)	(84.660)	(61.634)	(446.046)	(17.156)	(851)	-	(619.228)
Baixa da depreciação	-	5	2.231	17.616	21.846	-	-	41.698
Saldo em 31/12/2019	167.228	1.314.749	940.779	6.281.123	46.136	7.070	326.625	9.083.710
Custo histórico	224.053	2.226.232	1.599.104	9.999.155	105.863	23.447	326.625	14.504.478
Depreciação acumulada	(56.825)	(911.483)	(658.325)	(3.718.031)	(59.727)	(16.377)	-	(5.420.768)
Adições	-	-	-	-	-	-	327.310	327.309
Baixas	(1.040)	(3.810)	(33.173)	(100.507)	(4.225)	(40)	(1.289)	(144.084)
Transferências	853	3.469	73.461	68.657	22.225	1.212	(169.877)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	(2.173)	-	-	4.152	1.979
Depreciação	(3.375)	(54.627)	(53.580)	(427.810)	(14.582)	(870)	-	(554.845)
Baixa da depreciação	40	1.938	691	77.593	3.548	24	-	83.834
Saldo em 31/12/2020	163.704	1.261.720	928.176	5.896.883	53.101	7.396	486.923	8.797.903
Custo histórico	223.864	2.244.143	1.650.990	10.065.688	124.042	24.752	486.923	14.820.404
Depreciação acumulada	(60.160)	(982.424)	(722.814)	(4.168.805)	(70.941)	(17.357)	-	(6.022.500)
Taxa média de depreciação 2019	3,86%	3,89%	3,94%	4,54%	13,77%	5,80%		
Taxa média de depreciação 2020	3,86%	2,42%	3,23%	4,28%	12,11%	5,67%		

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da CPFL Renováveis com imobilizado em curso de R\$ 419.814 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 248.018 em 31 de dezembro de 2019), com destaque para os projetos em construção do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Farol de Touros, Figueira Branca e Gameleira) de R\$ 139.746 (R\$ 47.990 em 31 de dezembro de 2019) cuja previsão de entrada em operação está para o segundo trimestre de 2021, antecipando a entrega em cerca de 2,5 anos do prazo oficial estabelecido pela ANEEL.

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para o ano de 2020 e 2019 não ocorreram capitalizações.

No consolidado, os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, nas linhas de “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 18, é de aproximadamente R\$ 865.776, sendo o principal montante relacionado à controlada CPFL Renováveis (R\$ 818.561).

14.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 e 2019 não houve necessidade de provisão de recuperação.

As ações e considerações respectivas à avaliação dos indicativos quanto ao valor recuperável dos ativos, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(15) ATIVO CONTRATUAL

	<u>Distribuição</u>	<u>Transmissão</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2018	1.046.433	-	1.046.433
Reclassificação de outros ativos	-	249.652	249.652
Adições	2.061.715	20.970	2.082.685
Transferência - intangível em serviço	(949.548)	-	(949.548)
Transferência - ativo financeiro	(1.090.393)	-	(1.090.393)
Atualização	-	31.725	31.725
Recebimento RAP	-	(23.344)	(23.344)
Saldo em 31/12/2019	1.068.207	279.003	1.347.210
Circulante	-	24.387	24.387
Não circulante	1.068.207	254.616	1.322.822
Adições	2.348.304	134.104	2.482.409
Transferência - intangível em serviço	(766.701)	-	(766.701)
Transferência - ativo financeiro	(1.211.176)	-	(1.211.176)
Atualização	-	40.130	40.130
Recebimento RAP	-	(24.134)	(24.134)
Saldo em 31/12/2020	1.438.634	429.103	1.867.737
Circulante	-	24.833	24.833
Não circulante	1.438.634	404.271	1.842.905

Ativo contratual das distribuidoras: referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Ativo contratual das transmissoras: refere-se ao direito à “Receita Anual Permitida – RAP” que será recebida ao longo da concessão assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(16) INTANGÍVEL

	Consolidado					Total
	Direito de concessão					
	Ágio	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	UBP/Intangível de concessão	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2018	6.115	3.772.188	5.584.136	24.485	76.009	9.462.935
Custo histórico	6.152	7.495.458	11.909.149	35.840	217.542	19.664.141
Amortização acumulada	(37)	(3.723.270)	(6.325.012)	(11.355)	(141.532)	(10.201.206)
Adições	-	-	-	-	19.147	19.147
Amortização	-	(288.438)	(761.884)	(1.419)	(16.840)	(1.068.581)
Transferência - contratual	-	-	949.548	-	-	949.548
Transferência - ativo financeiro	-	-	3.502	-	-	3.502
Baixa e transferência - outros ativos	-	-	(47.263)	-	1.663	(45.600)
Saldo em 31/12/2019	6.115	3.483.750	5.728.040	23.065	79.981	9.320.953
Custo histórico	6.152	7.495.458	12.814.937	35.840	238.352	20.590.739
Amortização acumulada	(37)	(4.011.708)	(7.086.896)	(12.774)	(158.372)	(11.269.787)
Adições	-	-	-	55.163	30.731	85.894
Amortização	-	(287.725)	(816.224)	(1.419)	(17.425)	(1.122.793)
Transferência - contratual	-	-	759.988	-	6.713	766.701
Transferência - ativo financeiro	-	-	3.189	-	-	3.189
Baixa e transferência - outros ativos	-	(13.428)	(69.268)	-	(1.609)	(84.305)
Saldo em 31/12/2020	6.115	3.182.597	5.605.725	76.809	98.390	8.969.637
Custo histórico	6.152	7.495.458	13.508.846	91.003	274.187	21.375.646
Amortização acumulada	(37)	(4.312.861)	(7.903.120)	(14.194)	(175.797)	(12.406.009)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização” para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição, Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível Adquirido em Combinação de Negócios.

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para financiamento das obras são capitalizados, durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No consolidado, no ano de 2020 foram capitalizados R\$ 30.131 (R\$ 25.641 em 2019) a uma taxa de 8,09% a.a. (8,09% a.a em 2019).

16.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019	Taxa de amortização anual	
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	2020	2019
Intangível adquirido em combinações de negócio						
Intangível adquirido não incorporado						
CPFL Paulista	304.861	(236.959)	67.902	77.888	3,28%	3,28%
CPFL Piratininga	39.065	(28.924)	10.141	11.435	3,31%	3,31%
RGE	3.768	(2.545)	1.223	1.399	4,67%	4,68%
CPFL Geração	54.555	(41.024)	13.531	15.376	3,38%	3,38%
Jaguari Geração	7.896	(4.661)	3.236	3.505	3,41%	3,41%
CPFL Renováveis	3.653.906	(1.382.454)	2.271.452	2.443.397	4,71%	4,36%
Subtotal	4.064.052	(1.696.566)	2.367.486	2.553.000		
Intangível adquirido já incorporado						
RGE	1.433.007	(1.075.324)	357.683	409.739	3,63%	3,63%
CPFL Renováveis (CPFL Geração em 31/12/2019)	426.450	(353.363)	73.087	83.053	2,34%	2,34%
Subtotal	1.859.457	(1.428.688)	430.769	492.792		
Intangível adquirido já incorporado - recomposto						
CPFL Paulista	1.074.026	(851.279)	222.747	254.952	3,00%	3,00%
CPFL Piratininga	115.762	(85.711)	30.050	33.887	3,31%	3,31%
Jaguari Geração	15.275	(9.756)	5.518	5.978	3,01%	3,01%
RGE	366.887	(240.862)	126.025	143.141	4,67%	4,67%
Subtotal	1.571.949	(1.187.608)	384.340	437.958		
Total	7.495.458	(4.312.861)	3.182.597	3.483.750		

O intangível adquirido em combinações de negócio está associado ao direito de exploração das concessões e está assim representado:

– **Intangível adquirido não incorporado**

Refere-se basicamente ao intangível de aquisição das ações detidas por acionistas não controladores, antes da adoção do CPC 15 e IFRS 3.

– **Intangível adquirido já incorporado**

Refere-se ao intangível oriundo da aquisição de controladas que foram incorporados aos respectivos patrimônios líquidos sem a aplicação das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal.

– **Intangível adquirido já incorporado - Recomposto**

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do intangível advindo de incorporação de controladora causasse impacto negativo ao fluxo de dividendo aos acionistas não controladores existentes na época da incorporação, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 sobre o intangível. Desta forma, foi constituída uma provisão retificadora do intangível em contrapartida à reserva especial de ágio na incorporação do patrimônio líquido em cada controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio refletisse o benefício fiscal do intangível incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Companhia nas controladas, sendo necessária a constituição do intangível indedutível para fins fiscais, de modo a recompô-lo.

16.2 UBP/Intangível de concessão

A repactuação prevista na Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Aneel 895/2020, que trata das compensações de gastos incorridos com fatores não hidrológicos anteriormente inclusos no GSF (Generation Scaling Factor), conforme mencionado na nota explicativa 3.6, possui a adesão condicionada a renúncia dos pleitos de ações que correm no judiciário e(ou) do ingresso de futuras ações com teor de natureza análoga, além de não ter repactuado o risco hidrológico anteriormente.

Atualmente o Grupo CPFL possui subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que se encontram em cenário distintos quanto à tramitação e decisão deste tema, conforme segue:

- (i) Subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que em função das repactuações anteriores relacionadas às transações no ambiente de contratação regulada de energia (ACR), já

renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário, embora também possuíssem contratos no ambiente de contratação livre (ACL), este último que é alvo da repactuação corrente.

- (ii) Subsidiárias que, por atuarem substancialmente no ambiente de contratação livre (ACL), ainda possuem pleitos em ações no judiciário quanto ao tema.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias que contemplam o primeiro grupo de empresas, reconheceram ativos intangíveis oriundos da extensão de concessão em contrapartida da rubrica “custos operacionais”, considerando que a administração não tem decisão econômica relevante a ser tomada após a regulamentação, para a adesão da repactuação.

O ativo foi reconhecido no montante total de R\$ 55.163, equivalente a extensão de 102 até 1.368 dias aos prazos de concessão, variando para cada controlada, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. Esse montante representa o valor justo do ressarcimento ao qual às Companhias do grupo possuem direito a receber em 31 de dezembro de 2020, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de 9,63%. Vide notas explicativas 13.1 e 28.

Para o segundo grupo de subsidiárias, cujos valores são estimados em R\$ 81.887, não houve registros em 2020, visto que o direito de extensão ainda está condicionado à desistência das ações judiciais, fato que ainda está em avaliação pela Administração.

Adicionalmente, em 24 de fevereiro de 2021, subsidiárias pertencentes ao segundo grupo, mesmo que a adesão à referida repactuação esteja em fase de avaliação pela Administração, realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 147.777, referentes à passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais.

16.3 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2020 e 2019, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(17) FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	275.379	2.707
Suprimento de energia elétrica	2.571.296	2.288.441
Encargos de uso da rede elétrica	336.451	250.600
Materiais e serviços	558.390	554.940
Energia livre	168.001	163.492
Total	3.909.517	3.260.180
<u>Não circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	431.037	359.944
Materiais e serviços	25.621	-
Total	456.658	359.944

(18) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	711.398	-	(700.406)	20.101	-	(22.401)	8.691
Pós Fixado							
TJLP	2.744.331	3.000	(2.263.671)	123.380	-	(130.635)	476.405
IPCA	1.609.038	1.250.000	(163.150)	196.573	-	(101.185)	2.791.276
Selic	83.073	-	(84.405)	2.498	-	(1.166)	-
CDI	180.012	-	(48.547)	4.308	-	(5.930)	129.843
IGPM	42.605	-	(12.568)	12.381	-	(3.496)	38.922
Cesta de moedas	1.694	-	(1.796)	121	-	(19)	-
Outros	39.777	-	(39.671)	995	-	(1.102)	-
Total ao custo	5.411.928	1.253.000	(3.314.214)	360.357	-	(265.935)	3.445.137
Gastos com captação (*)	(57.684)	(17.432)	-	25.222	-	-	(49.894)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	4.178.417	1.909.349	(2.630.855)	178.871	1.608.827	(172.424)	5.072.184
Euro	846.692	1.520.640	-	16.975	685.099	(16.104)	3.053.302
Marcação a mercado	(16.056)	-	-	(82.639)	-	-	(98.695)
Total ao valor justo	5.009.052	3.429.989	(2.630.855)	113.208	2.293.926	(188.528)	8.026.792
Total	10.363.296	4.665.557	(5.945.069)	498.787	2.293.926	(454.463)	11.422.035
Circulante	2.776.193						2.797.195
Não Circulante	7.587.102						8.624.840

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	892.776	-	(177.669)	48.661	-	(52.370)	711.398
Pós Fixado							
TJLP	3.158.119	-	(435.016)	243.332	-	(222.102)	2.744.331
TLP (IPCA)	1.190.169	379.000	-	102.519	-	(62.650)	1.609.038
Selic	114.117	-	(36.830)	8.441	-	(2.655)	83.073
CDI	386.272	476.000	(679.021)	46.756	-	(49.995)	180.012
IGPM	51.889	-	(11.142)	5.935	-	(4.077)	42.605
Cesta de moedas	2.152	-	(540)	213	-	(131)	1.694
Outros	66.403	-	(26.354)	2.209	-	(2.482)	39.777
Total ao custo	5.861.896	855.000	(1.366.572)	458.066	-	(396.462)	5.411.928
Gastos com captação (*)	(57.193)	(9.068)	-	8.577	-	-	(57.684)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	4.855.108	726.314	(1.542.785)	148.189	142.957	(151.366)	4.178.417
Euro	879.499	-	(47.004)	6.824	14.217	(6.844)	846.692
Marcação a mercado	(103.351)	-	-	87.295	-	-	(16.056)
Total ao valor justo	5.631.255	726.314	(1.589.789)	242.308	157.174	(158.210)	5.009.052
Total	11.435.958	1.572.246	(2.956.361)	708.951	157.174	(554.672)	10.363.296
Circulante	2.446.113						2.776.193
Não Circulante	8.989.846						7.587.102

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Consolidado			Faixa de vencimento	Garantia	
	Encargos financeiros anuais	31/12/2020	31/12/2019			
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional						
Pré fixado						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6%	(a)	-	264.093	2013 a 2020	(i) Alienação fiduciária de equipamentos (ii) Penhor e Cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Conta Reserva e Centralizadora e Recebíveis (iv) Penhor de direitos emergentes das autorizações (v) Penhor de Ações; (vi) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
FINAME	Pré fixado de 2,5% a 10%	(a)	8.691	54.328	2012 a 2024	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Conta Reserva e Contra Centralizadora; (iv) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid
FINEP	Pré fixado de 3,5% a 5%		-	944	2013 a 2020	Fiança Bancária
BNB	Pré fixado de 9,5% a 10,14%		-	392.033	2020 a 2027	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Cessão e vinculação de receita; (iii) Penhor de ações; (iv) Penhor dos direitos emergentes das autorizações; (v) Conta Reserva; (vi) Fiança Bancária; (vii) Fiança da CPFL Renováveis
			8.691	711.398		
Pós fixado						
TJLP						
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 5,5%	(b)	474.288	2.721.358	2012 a 2039	(i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora e Recebíveis; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária
FINAME	TJLP + 2,2% a 4,2%	(b)	-	14.853	2017 a 2020	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária
FINEP	TJLP + 5% a 6%		2.117	4.284	2017 a 2022	Fiança Bancária
Empréstimos bancários	TJLP + 2,99 a 3,10%		-	3.837	2014 a 2020	Fiança da CPFL Energia
			476.405	2.744.331		
IPCA						
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80%		2.791.276	1.609.038	2020 a 2040	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
SELIC						
FINEM	SELIC + 2,19% a 2,66%	(c)	-	79.131	2015 a 2020	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINAME	SELIC + 2,70% a 3,90%		-	3.943	2016 a 2020	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária
			-	83.073		
CDI						
Empréstimos bancários	(i) 105% do CDI (ii) CDI - 1,25% a + 1,90%	(c)	129.843	180.012	2012 a 2023	(i) Fiança da CPFL Energia; (ii) Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e (iii) Fiança da CPFL Renováveis
IGPM						
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%		38.922	42.605	2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação
Cesta de moedas						
Empréstimos bancários	Cesta de Moedas + de 1,99% a 2,10%		-	1.694	2014 a 2020	Fiança da CPFL Energia
Outros						
Outros	RGR 6%		-	39.777	2010 a 2020	Recebíveis, notas promissórias e fiança bancária
Total moeda nacional			3.445.137	5.411.928		
Gastos com captação (*)			(49.894)	(57.684)		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira						
Dólar						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,87% a 1,41%		728.348	975.333	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,83% a 4,32%		4.343.836	3.203.083	2018 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			5.072.184	4.178.416		
Euro						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,43% a 0,82%		3.053.302	846.692	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado			(98.695)	(16.056)		
Total moeda estrangeira			8.026.792	5.009.052		
Total			11.422.035	10.363.296		

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 35.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

(c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, o Grupo, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 98.695 (R\$ 16.056 em 31 de dezembro 2019), que somados aos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 45.046 (R\$ 24.178 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação cambial (nota 35), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 143.751 (R\$ 40.234 em 31 de dezembro de 2019).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2022	1.546.041
2023	2.612.637
2024	982.701
2025	1.873.626
2026	339.150
2027 a 2031	1.226.159
2032 a 2036	69.455
2037 a 2041	57.223
2042 a 2046	19.900
Subtotal	8.726.892
Marcação a mercado	(102.052)
Total	8.624.840

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

<u>Indexador</u>	<u>Variação acumulada %</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>% da dívida</u>	
			<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IGP-M	23,14	7,30	0,3	0,4
TJLP	4,87	6,30	4,2	26,5
TLP (IPCA)	4,52	4,20	24,4	15,5
CDI	2,78	5,97	71,0	50,1
Outros			0,1	7,5
			100	100

Adições no exercício

<u>Modalidade Empresa</u>	<u>Montantes R\$ mil</u>			<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização de principal</u>	<u>Destinação dos recursos</u>	<u>Encargo financeiro anual</u>	<u>Taxa efetiva anual</u>
	<u>Total aprovado</u>	<u>Liberado em 2020</u>	<u>Liberado líquido dos gastos de captação</u>					
Moeda nacional								
TJLP - BNDES								
Boa Vista 2	144.500	3.000	3.000	Mensal	Mensal a partir de dezembro de 2019	Investimento	TJLP + 2,52%	TJLP + 3,27%
IPCA - BNDES								
CPFL Paulista	312.596	114.297	112.724	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
CPFL Paulista	1.002.912	366.703	361.679	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
CPFL Piratininga	126.086	37.723	37.083	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
CPFL Piratininga	298.402	89.277	87.776	Trimestral	Parcela única em junho de 2028	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
CPFL Santa Cruz	244.385	115.000	113.758	Trimestral Até 07/2023	Mensal Após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
RGE	353.019	125.228	123.451	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
RGE	1.132.601	401.772	396.098	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
Moeda Estrangeira								
Lei 4131								
CPFL Brasil	107.000	107.000	107.000	Semestral	Parcela única em fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 1,83%	USD + 1,83%
CPFL Santa Cruz	108.000	108.000	108.000	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%
CPFL Paulista	196.567	196.567	196.567	Trimestral	Parcela única em fevereiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,40%	USD + 2,40%
CPFL Paulista	174.960	174.960	174.960	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,39%	USD + 2,39%
CPFL Paulista	274.046	274.046	274.046	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + Libor 3M + 0,99%	USD + Libor 3M + 0,99%
CPFL Paulista	534.880	534.880	534.880	Trimestral	Parcela única em fevereiro de 2023	Capital de Giro	EUR + 0,43%	EUR + 0,43%
RGE	100.000	100.000	100.000	Semestral	Parcela única em janeiro de 2025	Capital de Giro	USD + 2,64%	USD + 2,64%
RGE	418.280	418.280	418.280	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%
RGE	185.000	185.000	185.000	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + Libor 3M + 0,87%	USD + Libor 3M + 0,87%
RGE	225.497	225.497	225.497	Trimestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 1,84% (1,94% em 03/2021)	USD + 1,84% (1,94% em 03/2021)
CPFL Piratininga	419.760	419.760	419.760	Trimestral	Parcela única em março de 2025	Capital de Giro	EURO + 0,70%	EURO + 0,70%
CPFL Renováveis	120.000	120.000	120.000	Semestral	Anual a partir de fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 2,07%	USD + 2,07%
CPFL Paulista	566.000	566.000	566.000	Trimestral	Parcela única em março de 2023	Capital de Giro	EUR + 0,57%	EUR + 0,57%
	<u>7.044.489</u>	<u>4.682.989</u>	<u>4.665.557</u>					

Pré-pagamento:

Durante o exercício de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 2.818.914 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até julho de 2038.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75

Índices exigidos na demonstração financeira individual da subsidiária da CPFL Renováveis, detentora do contrato

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos na demonstração financeira individual das subsidiárias de distribuição, detentora do contrato

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75
- Dívida líquida dividida pela dívida líquida + patrimônio líquido menor ou igual a 0,9..

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. (“State Grid Brazil”)

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(19) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2019	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo - pós fixado					
Pós fixado					
TJLP	438.990	(448.249)	12.003	(2.744)	-
CDI	6.336.467	(702.929)	180.603	(213.878)	5.600.262
IPCA	1.320.909	-	123.100	(64.888)	1.379.121
Total ao custo	8.096.368	(1.151.178)	315.704	(281.510)	6.979.384
Gastos com captação (*)	(42.215)	-	15.860	-	(26.355)
Mensuradas ao valor justo - pós fixado					
IPCA	444.939	-	44.717	(25.243)	464.413
Marcação a mercado	47.186	-	(16.326)	-	30.860
Total ao valor justo	492.125	-	28.391	(25.243)	495.274
Total	8.546.278	(1.151.178)	359.956	(306.753)	7.448.303
Circulante	682.582				1.191.270
Não Circulante	7.863.696				6.257.032

(*) Conforme IFRS 9/CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo - pós fixado						
Pós fixado						
TJLP	481.099	-	(70.761)	33.384	(4.732)	438.990
CDI	6.717.747	3.688.000	(4.000.383)	421.070	(489.966)	6.336.467
IPCA	1.367.428	-	(109.106)	123.090	(60.504)	1.320.909
Total ao custo	8.566.274	3.688.000	(4.180.250)	577.544	(555.202)	8.096.368
Gastos com captação (*)	(59.796)	(3.541)	-	21.122	-	(42.215)
Mensuradas ao valor justo - pós fixado						
IPCA	426.989	-	-	40.556	(22.606)	444.939
Marcação a mercado	7.378	-	-	39.808	-	47.186
Total ao valor justo	434.367	-	-	80.364	(22.606)	492.125
Total	8.940.845	3.684.459	(4.180.250)	679.030	(577.808)	8.546.278
Circulante	917.352					682.582
Não circulante	8.023.493					7.863.696

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
			31/12/2020	31/12/2019		
Mensuradas ao Custo - Pós Fixado						
TJLP	TJLP + 1%	(c)	-	438.990	2009 a 2020	Alienação Fiduciária
CDI	(i) De 103,6% a 109,75% do CDI	(a)	4.760.146	5.339.824	2018 a 2025	Fiança da CPFL Energia
	(ii) CDI + 0,75% a 0,83% De 104,75% a 110% do CDI	(a)	840.117	996.644	2020 a 2023	Não existem garantias
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,8%	(b)	1.379.121	1.320.909	2021 a 2027	Fiança da CPFL Energia
			6.979.384	8.096.368		
	Gastos com captação (*)		(26.355)	(42.215)		
Mensuradas ao valor justo - pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	464.413	444.939	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
	Marcação a mercado		30.860	47.186		
	Total		7.448.303	8.546.278		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 35

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,77% do CDI | CDI + de 0,76% a 0,89%

(b) IPCA + 4,84% a 6,31%

(c) TJLP + 3,48%

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado no quadro acima, o Grupo classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2020 as perdas acumuladas não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 30.860 (R\$ 47.186 em 31 de dezembro de 2019), que reduzidos dos ganhos obtidos não realizados com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 73.339 (R\$ 70.517 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 35), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 42.478 (R\$ 23.331 em 31 de dezembro de 2019).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2022	1.268.231
2023	2.534.411
2024	1.799.577
2025	415.745
2026	154.892
2027 a 2031	46.953
Subtotal	6.219.809
Marcação a mercado	37.223
Total	6.257.032

Pré-pagamento:

No ano de 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 726.227 (R\$ 3.506.174 em 31 de dezembro de 2019) de debêntures cujos vencimentos originais eram até novembro de 2028.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(20) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

20.1 Características

CPFL Paulista

Atualmente vigora, para os funcionários da controlada CPFL Paulista através da VIVEST um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

CPFL Piratininga

A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos

empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 2 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada.
- (ii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a controlada e os participantes.
- (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

RGE

A controlada RGE mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo:

- (i) "Plano 1": Plano do tipo "benefício definido" com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018; e
- (ii) "Plano 2": Plano do tipo "benefício definido", que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da controlada é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação.

Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de "contribuição definida", sendo Bradesco Vida e Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela RGE a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras.

CPFL Santa Cruz

Com o evento do agrupamento de controladas ocorrido em 2017, o plano oficial da empresa passou a ser o CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. Aos empregados que possuíam o plano de benefícios administrado pelo BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil, manteve-se o mesmo plano.

CPFL Renováveis

Após a integração da CPFL Renováveis (nota 13.5) parte dos funcionários da controlada CPFL Renováveis passaram a participar do mesmo plano da CPFL Paulista. Para os gestores, há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

20.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2020					
	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratininga	CPFL Renováveis	Plano 1	Plano 2	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	7.138.641	2.047.884	175.300	452.237	670.330	10.484.390
Valor justo dos ativos do plano	(4.980.047)	(1.484.375)	(122.879)	(463.399)	(493.886)	(7.544.586)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	2.158.594	563.509	52.421	(11.162)	176.444	2.939.805
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>)	-	-	-	11.162	-	11.162
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	2.158.594	563.509	52.421	-	176.444	2.950.968

	31/12/2019					
	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratininga	CPFL Geração	Plano 1	Plano 2	
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	6.164.035	1.773.089	152.254	464.335	681.363	9.235.076
Valor justo dos ativos do plano	(4.517.265)	(1.353.050)	(105.914)	(466.390)	(503.867)	(6.946.486)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	1.646.770	420.039	46.340	(2.055)	177.496	2.288.590
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>)	74.849	-	-	2.055	-	76.904
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	1.721.619	420.039	46.340	-	177.496	2.365.494

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratininga	CPFL Geração / CPFL Renováveis	Plano 1	Plano 2	
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2018	5.123.238	1.416.391	119.964	382.993	553.493	7.596.079
Custo do serviço corrente bruto	925	5.449	84	185	2.352	8.995
Juros sobre obrigação atuarial	449.173	125.059	10.507	34.342	48.796	667.877
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	1.886	-	620	1.136	3.642
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(2.900)	(77)	(165)	-	-	(3.142)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	1.037.048	321.011	31.516	73.759	113.836	1.577.170
Benefícios pagos no ano	(443.449)	(96.628)	(9.652)	(27.564)	(38.250)	(615.543)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019	6.164.035	1.773.089	152.254	464.335	681.363	9.235.076
Custo do serviço corrente bruto	1.344	7.565	108	(24)	1.873	10.866
Juros sobre obrigação atuarial	457.841	130.848	11.274	34.289	50.135	684.387
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	1.942	-	1.423	1.263	4.628
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(246)	(714)	(18)	-	-	(978)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	985.054	239.764	22.053	(18.607)	(24.665)	1.203.599
Benefícios pagos no ano	(469.387)	(104.610)	(10.371)	(29.179)	(39.639)	(653.186)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020	7.138.641	2.047.884	175.300	452.237	670.330	10.484.392

	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratininga	CPFL Geração / CPFL Renováveis	Plano 1	Plano 2	
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2018	(4.215,431)	(1,205,647)	(98,836)	(413,043)	(463,571)	(6,396,529)
Rendimento esperado no ano	(372,121)	(107,795)	(8,699)	(37,500)	(40,947)	(567,062)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	(1,886)	-	(620)	(1,136)	(3,642)
Contribuições de patrocinadoras	(92,756)	(34,444)	(1,604)	(7,748)	(6,959)	(143,512)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(280,404)	(99,905)	(6,426)	(35,042)	(29,504)	(451,281)
Benefícios pagos no ano	443,447	96,628	9,651	27,564	38,250	615,543
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019	(4,517,265)	(1,353,050)	(105,914)	(466,390)	(503,867)	(6,946,486)
Rendimento esperado no ano	(343,869)	(104,675)	(8,400)	(34,598)	(37,129)	(528,671)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	(1,942)	-	(1,423)	(1,263)	(4,628)
Contribuições de patrocinadoras	(127,649)	(37,741)	(3,037)	(7,853)	(6,948)	(183,228)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(460,651)	(91,577)	(15,899)	17,686	15,682	(534,759)
Benefícios pagos no ano	469,387	104,610	10,371	29,179	39,639	653,186
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020	(4,980,047)	(1,484,375)	(122,879)	(463,399)	(493,886)	(7,544,586)

20.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratininga	CPFL Geração / CPFL Renováveis	Plano 1	Plano 2	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	1.721.619	420.039	46.340	-	177.496	2.365.492
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	122.573	33.738	2.982	(295)	14.879	173.877
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(127.649)	(37.741)	(3.037)	(7.853)	(6.948)	(183.228)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(246)	(714)	(18)	-	-	(978)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	985.054	239.764	22.053	(18.607)	(24.665)	1.203.599
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(460.651)	(91.577)	(15.899)	17.686	15.682	(534.759)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	(82.106)	-	-	9.069	-	(73.037)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	2.158.594	563.509	52.421	-	176.444	2.950.968
Outras contribuições	-	-	-	-	-	8.660
Total passivo						2.959.628
Circulante						199.803
Não Circulante						2.759.826

	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratininga	CPFL Geração	Plano 1	Plano 2	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2018	907.807	210.744	21.129	-	89.922	1.229.600
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	77.977	22.711	1.892	(178)	10.201	112.602
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(92.756)	(34.444)	(1.604)	(7.748)	(6.959)	(143.512)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(2.900)	(77)	(165)	-	-	(3.143)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	1.037.048	321.011	31.516	73.759	113.836	1.577.170
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(280.404)	(99.905)	(6.426)	(35.042)	(29.504)	(451.281)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	74.849	-	-	(30.791)	-	44.058
Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	1.721.619	420.039	46.340	-	177.496	2.365.494
Outras contribuições						12.683
Total passivo						2.378.178
Circulante						224.851
Não circulante						2.153.327

20.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2021 estão apresentadas a seguir:

	2021
CPFL Paulista	214.273
CPFL Piratininga	71.846
CPFL Renováveis	4.384
RGE - Plano 1	8.147
RGE - Plano 2	7.209
Total	305.859

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

	2021	2022	2023	2024	2025 a 2030	Total
CPFL Paulista	542.063	555.131	567.202	578.553	3.649.364	5.892.313
CPFL Piratininga	126.220	130.692	135.459	140.728	947.938	1.481.037
CPFL Renováveis	13.321	13.578	13.850	14.074	87.983	142.806
RGE - Plano 1	30.215	31.469	32.454	33.376	219.284	346.798
RGE - Plano 2	43.125	44.776	46.398	48.024	317.599	499.922
Total	754.944	775.646	795.363	814.755	5.222.168	8.362.876

Em 31 de dezembro de 2020, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9,7 anos para a CPFL Paulista, 11,8 anos para a CPFL Piratininga, 10 anos para a CPFL Renováveis, 10,6 anos para o Plano 1 e 11 anos para o Plano 2 da RGE.

20.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2021 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2020 e 2019 são como segue:

	2021 estimadas					
	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratininga	CPFL Renováveis	Plano 1	Plano 2	
Custo do serviço	1.676	9.324	149	(1.167)	1.142	11.124
Juros sobre obrigações atuariais	530.180	153.225	13.019	33.746	50.085	780.255
Rendimento esperado dos ativos do plano	(371.807)	(112.568)	(9.141)	(34.980)	(36.792)	(565.288)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	-	-	862	-	862
Total da despesa (receita)	160.049	49.981	4.027	(1.539)	14.435	226.953

	2020 realizadas					
	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratininga	CPFL Geração / CPFL Renováveis	Plano 1	Plano 2	
Custo do serviço	1.344	7.565	108	(24)	1.873	10.866
Juros sobre obrigações atuariais	457.841	130.848	11.744	34.289	50.135	684.857
Rendimento esperado dos ativos do plano	(343.869)	(104.675)	(8.400)	(34.598)	(37.129)	(528.671)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	7.257	-	-	38	-	7.295
Total da despesa (receita)	122.573	33.738	3.452	(295)	14.879	174.347

	2019 realizadas					
	CPFL			RGE		Total
	CPFL Paulista	Piratininga	CPFL Geração	Plano 1	Plano 2	
Custo do serviço	925	5.449	84	185	2.352	8.993
Juros sobre obrigações atuariais	449.173	125.059	10.507	34.342	48.796	667.877
Rendimento esperado dos ativos do plano	(372.121)	(107.795)	(8.699)	(37.500)	(40.947)	(567.062)
Efeito do limite a ser contabilizado	-	-	-	2.795	-	2.795
Total da despesa (receita)	77.977	22.711	1.892	(178)	10.201	112.603

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL Paulista, CPFL Geração/CPFL Renováveis e CPFL Piratininga		RGE (Planos 1 e 2)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,43% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,43% a.a.	7,72% a.a.	7,43% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,31% a.a.(*)	5,56% a.a.(*)	5,48% a.a.(**)	5,97% a.a.(**)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	4,00% a.a.	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	3,75% a.a.	4,00% a.a.	3,75% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)	BR-EMS sb v.2015	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a CPFL Piratininga foi de 6,14% em 2020 e de 6,39% em 2019.

(**) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 4,96% em 2020 e de 5,15% em 2019.

20.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão do Grupo CPFL, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, administrados pela VIVEST e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2021, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2020.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela VIVEST				Ativos administrados pela Família Previdência			
	CPFL Paulista e CPFL Geração/CPFL				RGE			
	Renováveis		CPFL Piratininga		Plano 1		Plano 2	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Renda fixa	77%	75%	78%	76%	78%	76%	76%	74%
Títulos públicos federais	65%	61%	61%	58%	63%	66%	60%	64%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	1%	1%	2%	10%	5%	7%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	0%	0%	0%	0%	3%	2%	3%	3%
Fundos de investimento multimercado	2%	4%	2%	4%	4%	2%	6%	2%
Outros investimentos de renda fixa	9%	9%	14%	12%	0%	0%	0%	0%
Renda variável	18%	17%	18%	17%	18%	21%	18%	21%
Ações da CPFL Energia	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Fundos de investimento em ações	18%	17%	18%	17%	18%	21%	18%	21%
Investimentos estruturados	1%	4%	1%	4%	0%	1%	1%	1%
Fundos de participação	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Fundos imobiliários	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	4%	1%	4%	0%	0%	0%	0%
Cotados em mercado ativo	96%	96%	97%	97%	97%	96%	95%	96%
Imóveis	1%	3%	1%	2%	1%	2%	2%	2%
Operações com participantes	1%	1%	1%	1%	2%	1%	3%	2%
Outros ativos	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Depósitos judiciais e outros	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Não cotados em mercado ativo	4%	4%	3%	3%	4%	4%	4%	4%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	Meta para 2021			
	VIVEST		Fundação Família Previdência	
	CPFL Paulista e CPFL Renováveis	CPFL Piratininga	RGE Plano 1	RGE Plano 2
Renda Fixa	77,6%	66,7%	76,0%	76,0%
Renda variável	18,6%	29,6%	9,0%	11,0%
Imóveis	2,3%	1,1%	2,0%	3,0%
Empréstimos e financiamentos	1,5%	2,5%	2,0%	2,0%
Investimentos estruturados	0,0%	0,0%	11,0%	8,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,1%	-	-
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

A meta de alocação para 2021 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da VIVEST e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2020 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a

qualquer momento ao longo do ano de 2021, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a VIVEST e a Fundação Família Previdência atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

20.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Renováveis	RGE		Total
					Plano 1	Plano 2	
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	175.424	61.122	4.457	12.112	18.711	271.826
	+0,25 p.p.	(168.192)	(58.161)	(4.263)	(11.582)	(17.837)	(260.036)
Tábua biométrica de mortalidade**	+1 ano	(192.339)	(46.034)	(4.525)	(10.580)	(16.387)	(269.864)
	-1 ano	191.241	45.364	4.504	10.420	16.170	267.699

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,72%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,47% a.a. e 7,97% a.a..

** A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,72%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,47% a.a. e 7,97% a.a. da Fundação CEEE. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

20.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, o qual inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da VIVEST o que ocorre ao menos trimestralmente.

A VIVEST e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição a risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

As Políticas de Investimentos da VIVEST e da Fundação Família Previdência determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(21) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Compens. financ. pela utilização de rec. hídricos	848	1.265
Reserva global de reversão - RGR	17.258	17.260
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	7.560	7.375
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.393	-
Bandeiras tarifárias e outros	81.312	206.352
Total	108.371	232.251

Bandeiras tarifárias e outros – O saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e ainda não homologada. O saldo de 31 de dezembro de 2019 refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro (vermelha patamar 1) e dezembro (amarela) de 2019 que foram homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) no primeiro trimestre de 2020.

(22) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	31.038	52.333	156.240
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	8.443	9.591	39.137	62.721
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.443	40.629	91.470	218.961
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	568.598	435.155
Programa de integração social - PIS	-	4.423	36.229	36.657
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	20.392	164.705	168.195
PIS/COFINS parcelamento	-	-	-	9.323
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	-	24.176	40.099
Outros	472	500	80.044	52.105
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	472	25.315	873.752	741.536
Total Circulante	8.915	65.944	965.222	960.497
Não circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	-	161.970	156.198
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	3.929	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	165.900	156.198
ICMS a pagar	-	-	839	805
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	839	805
Total Não circulante	-	-	166.738	157.003

Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ: no não circulante refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O maior montante do caso refere-se a Mandado de Segurança impetrado pela controlada CPFL Piratininga, que discutia a possibilidade da dedução da despesa da CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

O Grupo possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 23 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(23) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	219.113	91.156	235.085	96.094
Cíveis	284.766	72.274	245.464	66.243
Fiscais				
Imposto de renda e contribuição social	89	425.528	7.571	417.664
Outras	44.836	175.718	46.255	177.369
	44.924	601.246	53.825	595.033
Outros	67.332	83	66.401	1
Total	616.136	764.760	600.775	757.370

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros está demonstrada a seguir:

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Reclassificação (nota 22)	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	235.085	97.977	(34.677)	(100.690)	21.419	-	219.113
Cíveis	245.464	137.565	(29.885)	(120.801)	52.424	-	284.766
Fiscais	53.825	6.845	(5.900)	(5.779)	2.801	(6.867)	44.924
Outros	66.401	14.809	(1.832)	(12.379)	332	-	67.332
Total	600.775	257.196	(72.294)	(239.649)	76.976	(6.867)	616.136

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que o Grupo é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração do Grupo.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b. **Cíveis**

Danos pessoais - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

Majoração tarifária - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE n.ºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado".
- c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e Pis e Cofins.
- d. **Outros:** A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis:

O Grupo é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estavam assim representadas:

	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	
Trabalhistas	609.335	583.348	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	2.139.333	1.815.143	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocupação da faixa de domínio
Fiscais	4.774.906	4.350.740	Imposto de renda e contribuição social (nota 22)
Fiscais - outros	2.345.775	2.654.331	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatórios	100.358	76.404	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	9.969.707	9.479.966	

Fiscais:

- (i) Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP ("Vivest") no montante estimado de R\$ 1.495.455, havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 22.895 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias) no valor total de R\$ 1.876.315, nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 254.786 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a controlada, cuja decisão foi publicada em seu integral teor em 26 de junho de 2020, sobre o qual foram opostos embargos de declaração em 04 de agosto de 2020, que aguardam julgamento. Adicionalmente, a controlada possui um recurso extraordinário em fase inicial de tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Consequentemente, com base no atual estágio de tramitação do processo, tanto no STJ quanto no STF e com base na opinião de seus assessores legais, a controlada permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.
- (ii) em 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante atualizado de R\$ 348.006 referente cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável;
- (iii) em 2016 a controlada CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 541.921 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERS A Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável. A partir de setembro de 2020, em decorrência da integração da CPFL Renováveis (nota 13.5) os processos migraram para a CPFL Renováveis.

Trabalhistas:

No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão

do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração do Grupo esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão

A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(24) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Consumidores e concessionárias	199.833	114.610	177.693	183.938
Programa de eficiência energética - PEE	375.746	230.451	911	89.522
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	216.021	93.658	26.075	125.111
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	35.112	49.275	-	-
Fundo de reversão	1.712	1.712	10.904	12.615
Adiantamentos	507.167	234.556	44.026	43.263
Descontos tarifários - CDE	60.023	76.632	-	-
Folha de pagamento	19.128	18.004	-	-
Participação nos lucros	111.788	98.713	26.836	29.631
Convênios de arrecadação	102.954	93.740	-	-
Aquisição de negócios	9.838	7.901	-	-
Outros	70.036	50.533	47.071	71.406
Total	1.709.358	1.069.784	333.516	555.487

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética;
 FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
 PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. No longo prazo refere-se principalmente ao repasse do PIS e COFINS aos consumidores (nota 8) e à energia de curto prazo (CCEE) relacionada ao Despacho ANEEL nº 288.

Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento: As controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente em cumprimento Medida Provisória nº 998/2020, de 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. A ANEEL regulamentará a forma de recolhimento desses valores em 2021.

Adiantamentos: refere-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

Descontos tarifários – CDE: Refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

Participação nos lucros: Refere-se principalmente a:

- (i) Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, o Grupo implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos;

(ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos do Grupo, aprovado pelo Conselho de Administração, que consiste em um incentivo em recursos financeiros baseado em múltiplos salariais e que tem como orientadores os resultados da empresa e a performance média da Companhia nos três exercícios sociais seguintes a cada concessão.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

(25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
State Grid Brazil Power Participações S.A.	730.435.698	63,39%	730.435.698	63,39%
ESC Energia S.A.	234.086.204	20,32%	234.086.204	20,32%
Membros da Diretoria Executiva	102.100	0,01%	189	0,00%
Demais acionistas	187.630.438	16,28%	187.732.349	16,29%
Total	1.152.254.440	100,00%	1.152.254.440	100,00%

25.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2020, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da CPFL Energia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,24 vezes o EBITDA em 2020 (2,52 vezes em 2019), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

25.2 Oferta Pública de Ações – CPFL Renováveis

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e/ou saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA”), a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis.

Em 27 de abril de 2020, a Companhia recebeu o deferimento da CVM relacionado ao pedido da OPA Conversão de Registro bem como para OPA Saída do Novo Mercado. O Edital de Oferta Pública, contendo todos os termos e condições da OPA, foi divulgado pela CPFL Geração em 06 de maio de 2020.

Em 21 de maio de 2020, a Companhia, por meio de Fato Relevante, informou que, naquela data, seu Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à aceitação da OPA pelos acionistas da Companhia, conforme parecer aprovado em reunião realizada naquela data.

Em 5 de junho de 2020, a CPFL Geração, por meio de Fato Relevante, informou que o preço de aquisição definitivo para o leilão da OPA, após os ajustes previstos no item 4.5 do Edital, era de R\$ 18,24 por ação

ordinária, a ser pago integralmente à vista na data de liquidação financeira (15 de junho de 2020) o leilão da OPA.

Em 10 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, comunicou o resultado do leilão da oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado, unificando as modalidades para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B" ("OPA Conversão de Registro") e saída do Novo Mercado ("OPA Saída do Novo Mercado", e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, "OPA" e "Leilão", respectivamente) realizado naquela data na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Como resultado do Leilão, a CPFL Geração ("Ofertante") adquiriu 183.539 ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, representativas de 0,035% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 18,24, totalizando o valor de R\$ 3.347.751,36 (três milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos). Com a liquidação financeira das aquisições realizadas no Leilão, que ocorreu em 15 de junho de 2020, as ações em circulação remanescentes passaram a representar 0,021% do capital social da Companhia. Tendo em vista que o número de ações adquiridas pela Ofertante no Leilão superou o montante mínimo necessário para a conversão de seu registro de companhia aberta categoria "A" para categoria "B" na CVM, de 2/3 das ações habilitadas no Leilão, a Companhia deu prosseguimento aos atos necessários para a conversão. As ações da Companhia imediatamente deixaram de integrar o segmento do Novo Mercado da B3, passando ao segmento básico da B3 até a manifestação da CVM quanto à conversão de categoria.

Em 19 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, informou que o Conselho de Administração aprovou, naquela data, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, a se realizar no dia 7 de julho de 2020 ("AGE"), para deliberar sobre o resgate da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia que remanesceram em circulação após o leilão da OPA. A AGE ocorreu naquela data e o resgate de ações foi aprovado. O preço do resgate é de R\$ 18,28 por ação, equivalente ao preço da OPA, ajustado pela variação da Taxa SELIC desde 15 de junho de 2020, data de liquidação da OPA, até a data de depósito do valor do resgate (22 de julho de 2020).

25.3 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao registro de operações envolvendo a controlada CPFL Renováveis: (i) combinação de negócios em 2011 (R\$ 228.322); (ii) oferta pública de ações em 2013 (R\$ 59.308); (iii) associação com a DESA em 2014 (R\$ 180.297); redução por: (iv) aquisição de participação, pela Companhia, anteriormente detida pela controladora State Grid em 2019 (R\$ 2.034.920), (v) alteração na participação sem alteração no controle em 2019 (R\$ 75.298) e 2020 (R\$ 2.915) nota 13.5.

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

25.4 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 7.021.428, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 1.218.283; e ii) Reserva de reforço de capital de giro R\$ 5.803.145.

25.5 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado das geradoras, no montante de R\$ 329.502;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 2.072.506 (líquido de imposto de renda e contribuição social) corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2);
- (iii) Efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários, de acordo com o IFRS 9 / CPC 48 (saldo credor de R\$ 47.768).

25.6 Dividendo

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de julho de 2020 foi aprovada a declaração de dividendo mínimo obrigatório de R\$ 641.884 e do dividendo adicional proposto de R\$ 1.433.295 referente ao exercício de 2019.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2020, o montante de R\$ 865.248 de dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,7509174.

Em 2020, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 2.068.489 referente ao dividendo de 2019.

25.7 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício - controladora	3.643.149
Realização do resultado abrangente	25.547
Dividendo prescrito	837
Lucro líquido base para destinação	3.669.533
Reserva legal	(182.157)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(1.756.880)
Dividendos mínimos obrigatórios	(865.248)
Dividendo adicional proposto	(865.248)

Considerando o atual cenário macroeconômico e avaliações da Companhia para potenciais novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 1.756.880 à reserva estatutária - reforço de capital de giro. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2021, mediante aprovação da Administração.

(26) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	3.643.149	2.702.671
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.152.254.440	1.087.828.995 (**)
Lucro por ação - básico	3,16	2,48
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	3.643.149	2.702.671
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)	-	(13.764)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	3.643.149	2.688.907
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.152.254.440	1.087.828.995 (**)
Lucro por ação - diluído	3,16	2,47

(*) O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas indiretas da Companhia (nota 19). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício.

(27) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado					
	Nº de Consumidores (*)		GWh		R\$ mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	8.926.689	8.721.256	20.944	20.355	15.621.829	15.356.697
Industrial	55.865	57.116	11.865	13.198	4.515.501	5.222.522
Comercial	520.139	529.815	9.761	10.700	5.896.640	6.674.870
Rural	362.325	363.500	3.346	3.231	1.563.204	1.430.315
Poderes públicos	63.350	61.868	1.172	1.468	770.753	957.935
Iluminação pública	12.300	11.809	2.035	2.039	826.758	838.116
Serviço público	10.786	10.512	2.173	2.348	1.175.575	1.241.696
Fornecimento faturado	9.951.454	9.755.876	51.296	53.339	30.370.260	31.722.151
Consumo próprio	-	-	34	36	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	260.678	39.477
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(13.438.340)	(12.769.168)
Fornecimento de energia elétrica	9.951.454	9.755.876	51.331	53.375	17.192.598	18.992.460
Furnas Centrais Elétricas S.A.			2.158	2.875	624.782	578.603
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			13.876	18.351	3.279.519	4.215.041
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(124.255)	(133.073)
Energia elétrica de curto prazo			8.453	4.208	1.128.085	1.309.117
Suprimento de energia elétrica			24.488	25.435	4.908.131	5.969.688
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					13.562.595	12.902.241
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					3.851.133	3.359.298
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(85.136)	(84.461)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					2.572.653	2.087.995
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					811.445	(602.461)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					388.394	280.632
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares					1.500.308	1.516.077
Outras receitas e rendas					660.813	587.668
Outras receitas operacionais					23.262.205	20.046.989
Total da receita operacional bruta					45.362.934	45.009.138
Deduções da receita operacional						
ICMS					(6.792.896)	(6.936.560)
PIS					(683.172)	(676.174)
COFINS					(3.144.621)	(3.173.715)
ISS					(24.545)	(19.830)
Reserva global de reversão - RGR					(152)	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(3.476.264)	(3.642.384)
Programa de P & D e eficiência energética					(231.551)	(224.642)
PROINFA					(174.054)	(175.283)
Bandeiras tarifárias e outros					108.001	(180.572)
Compensação financeira pela utilização de recursos Hídricos - CFURH					(6.857)	(9.359)
Outros					(38.364)	(38.145)
					(14.464.476)	(15.076.664)
Receita operacional líquida					30.898.458	29.932.474

No exercício de 2020, do montante total de R\$ 660.813 (R\$ 587.668 em 2019) apresentado na rubrica de outras receitas e rendas constam R\$ 40.137 (R\$31.720 em 2019) referentes a remuneração do ativo contratual das transmissoras.

27.1. Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

Conforme previsto no Submódulo 2.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aprovado por meio da REN n° 463/2011, desde o 4° ciclo de revisão tarifária periódica das controladas de distribuição, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos foram apropriadas como passivo setorial, a partir de maio de 2015. Os valores contabilizados serão amortizados a partir do 5° ciclo (já em vigência para a controlada CPFL Piratininga), quando serão descontados da Parcela B (parcela de custos gerenciáveis das tarifas), exceto para a controlada CPFL Santa Cruz, cuja amortização foi iniciada no Reajuste Tarifário Anual – RTA de março de 2017 devido à renovação de sua concessão em 2015.

27.2. Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Distribuidora	Mês	2020		2019	
		RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)	RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)
CPFL Paulista	Abril	14,90%	6,05%	12,02%	8,66%
CPFL Piratininga	Outubro	18,31%	9,82%	1,88%	-7,80%
RGE	Junho	15,74%	6,09%	10,05%	8,63%
RGE Sul (RGE)	Junho	15,74%	6,09%	10,05%	1,72%
CPFL Santa Cruz	Março	10,71%	0,20%	13,70%	13,31%

(a) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior.

27.3. Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE.

No exercício de 2020 foi registrada receita de R\$ 1.500.308 (R\$ 1.516.077 em 2019), sendo R\$ 198.044 referentes à subvenção baixa renda (R\$ 78.277 em 2019), (ii) R\$ 1.207.466 referentes a outros descontos tarifários (R\$ 1.255.000 em 2019) e (iii) R\$ 94.798 referentes a descontos tarifários – liminares e subvenção CCRBT (R\$ 182.800 em 2019). Estes itens foram registrados em contrapartida a outros ativos na rubrica contas a receber – CDE (nota 12) e outras contas a pagar na rubrica descontos tarifários – CDE (nota 24).

(28) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	GWh		R\$ mil	
	2020	2019	2020	2019
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	10.973	11.021	3.827.810	2.793.901
PROINFA	1.098	1.102	291.894	397.242
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	62.644	66.283	12.722.132	14.199.139
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(1.499.918)	(1.483.542)
Subtotal	74.715	78.406	15.341.918	15.906.740
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			2.541.229	2.080.667
Encargos de transporte de itaipu			320.762	281.185
Encargos de conexão			177.650	173.593
Encargos de uso do sistema de distribuição			46.463	47.828
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			127.931	4.385
Encargos de energia de reserva - EER			244.716	122.553
Crédito de PIS e COFINS			(314.643)	(245.958)
Subtotal			3.144.109	2.464.254
Total			18.486.027	18.370.994

(*) Conta de energia de reserva

Em 2020 foram registrados créditos em energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo de R\$ 46.484 relacionados a repactuação do GSF, conforme nota 16.2.

(29) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	949.045	945.628	-	2	166.522	173.133	359.012	361.787	-	-	1.474.579	1.480.550
Entidade de previdência privada	174.347	112.603	-	-	-	-	-	-	-	-	174.347	112.603
Material	294.087	256.423	1.251	1.039	17.651	13.708	7.780	8.118	-	-	280.769	279.288
Serviços de terceiros	183.565	219.464	3.046	2.641	169.842	173.376	296.661	319.403	-	-	653.114	714.884
Custos com construção da infraestrutura	-	-	2.560.276	2.086.057	-	-	-	-	-	-	2.560.276	2.086.057
Outros	92.657	81.776	19	(7)	96.480	101.057	301.128	228.789	182.015	198.555	672.299	610.169
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	94.638	99.520	-	-	-	-	94.638	99.520
Arrendamentos e aluguéis	62.142	50.974	-	-	-	-	20.626	22.397	-	-	82.768	73.371
Publicidade e propaganda	88	55	-	-	-	-	17.972	21.272	-	-	18.060	21.327
Legais, judiciais e indenizações	(3)	-	-	-	-	-	237.909	172.495	-	-	237.906	172.495
Doações, contribuições e subvenções	-	1.687	-	-	-	-	9.956	3.849	-	-	9.956	5.536
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	172.676	189.566	172.676	189.566
Amortização de prêmio pago - GSF	17.778	13.470	-	-	-	-	-	-	-	-	17.778	13.470
Outros	12.652	15.589	19	(7)	1.842	1.537	14.665	8.776	9.339	8.989	38.517	34.884
Total	1.653.701	1.615.893	2.564.593	2.089.732	450.495	461.275	964.581	918.098	182.015	198.555	5.815.385	5.283.553

(30) RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2020	2019
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	168.913	263.241
Acréscimos e multas moratórias	302.902	312.450
Atualização de créditos fiscais	14.359	35.328
Atualização de depósitos judiciais	15.414	33.721
Atualizações monetárias e cambiais	286.448	62.969
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	14.890	23.605
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	17.371	88.079
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(39.616)	(46.035)
PIS e COFINS sobre JCP	(24.515)	(32.040)
Outros	180.615	162.285
Total	936.782	903.575
Despesas		
Encargos de dívidas	(799.332)	(1.130.447)
Atualizações monetárias e cambiais	(232.874)	(295.189)
(-) Juros capitalizados	30.131	25.641
Uso do Bem Público - UBP	(33.982)	(12.911)
Outros	(216.697)	(216.916)
Total	(1.252.756)	(1.629.822)
Resultado financeiro	(315.974)	(726.247)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o exercício de 2020 (8,09% a.a. em 2019) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23.

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 2.368.945 em 2020 (R\$ 207.055 em 2019) (nota 35).

(31) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais do Grupo é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de distribuição, geração, comercialização de energia elétrica e serviços prestados.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos do Grupo:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Subtotal	Outros (*)	Eliminações	Total
2020								
Receita operacional líquida	25.523.282	2.317.841	2.949.657	111.557	30.902.336	(3.878)	-	30.898.458
(-) Vendas entre segmentos	9.042	989.240	32.948	613.132	1.644.362	-	(1.644.362)	-
Custo com energia elétrica	(16.263.211)	(378.696)	(2.875.488)	-	(19.517.394)	-	1.031.368	(18.486.027)
Custos e despesas operacionais	(5.331.076)	(661.288)	(49.808)	(565.795)	(6.607.967)	(47.750)	612.994	(6.042.722)
Depreciação e amortização	(872.823)	(688.575)	(3.477)	(27.982)	(1.602.856)	(63.143)	-	(1.665.999)
Resultado do serviço	3.065.213	1.568.522	53.833	130.912	4.818.481	(114.771)	-	4.703.710
Resultado de participações societárias	-	409.606	-	-	409.606	-	-	409.606
Receita financeira	753.985	132.950	67.854	3.907	958.695	(9.726)	(12.188)	936.782
Despesa financeira	(732.503)	(507.089)	(23.658)	(2.379)	(1.265.628)	685	12.188	(1.252.756)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	3.086.695	1.603.989	98.029	132.440	4.921.153	(123.812)	-	4.797.341
Imposto de renda e contribuição social	(975.330)	60.642	(32.167)	(30.363)	(977.218)	(113.138)	-	(1.090.356)
Lucro (prejuízo) líquido	2.111.366	1.664.631	65.861	102.077	3.943.935	(236.949)	-	3.706.986
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	2.316.780	417.115	5.010	65.356	2.804.261	4.003	-	2.808.264
2019								
Receita operacional líquida	24.217.986	2.137.378	3.487.008	87.791	29.930.163	2.311	-	29.932.474
(-) Vendas entre segmentos	42.311	1.003.514	3.696	526.574	1.576.095	-	(1.576.095)	-
Custo com energia elétrica	(15.623.488)	(452.668)	(3.342.502)	-	(19.418.659)	-	1.047.664	(18.370.994)
Custos e despesas operacionais	(4.940.793)	(527.354)	(48.710)	(476.006)	(5.992.863)	(52.544)	528.431	(5.516.977)
Depreciação e amortização	(820.206)	(764.295)	(7.048)	(26.511)	(1.618.061)	(62.992)	-	(1.681.053)
Resultado do serviço	2.875.809	1.396.575	92.443	111.848	4.476.675	(113.225)	-	4.363.450
Resultado de participações societárias	-	349.090	-	-	349.090	-	-	349.090
Receita financeira	624.459	217.982	33.461	6.062	881.963	49.578	(27.966)	903.575
Despesa financeira	(821.739)	(774.290)	(56.160)	(4.270)	(1.656.459)	(1.329)	27.966	(1.629.822)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	2.678.529	1.189.356	69.744	113.639	4.051.269	(64.976)	-	3.986.293
Imposto de renda e contribuição social	(843.954)	(218.746)	(22.289)	(30.357)	(1.115.326)	(122.671)	-	(1.237.996)
Lucro (prejuízo) líquido	1.834.575	970.610	47.475	83.282	2.935.943	(187.647)	-	2.748.296
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	2.033.342	158.694	8.577	52.058	2.252.671	1.778	-	2.254.449

(*) Outros: refere-se basicamente a ativos e transações que não são relacionados a nenhum dos segmentos identificados.

(32) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia pelas distribuidoras, comercializadoras e geradoras através de contratos de curto ou longo prazo e de tarifas cobradas pelo uso da rede de distribuição (TUSD). Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.
- Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.
- Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Algumas controladas da Companhia possuem planos de suplementação de aposentadoria mantidos junto às Vivest e Família Previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 20 Entidade de Previdência Privada.

O Grupo possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2020, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R\$ 76.496 (R\$ 87.282 em 2019). Este valor é composto por R\$ 62.326 (R\$ 70.330 em 2019) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 3.387 (R\$ 2.251 em 2019) de benefícios pós-emprego e R\$ 10.783 (R\$ 14.701 em 2019) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

O saldo de mútuo na controladora em 2020, no montante de R\$ 472.775, refere-se substancialmente ao mútuo efetuado no ano com a controlada CPFL Renováveis, com vencimento até março de 2021 e remunerado a 107% do CDI. O saldo registrado em 2019 de mútuo foi recebido pela controladora em 2020 e refere-se substancialmente ao mútuo com a controlada CPFL Renováveis.

O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.409.545, refere-se substancialmente ao mútuo entre a controlada CPFL Renováveis e a controladora State Grid Brazil Power-SGBP, com vencimento até dezembro de 2021 e remunerado a CDI + 1,1% a.a..

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:

	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	2.998	1.490	-	318.876	200.771
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	3.082	16.785	6.544	13	3.095	78.228	33.792
Foz do Chapecó Energia S.A.	1.745	1.773	47.822	45.009	20.626	20.901	527.927	495.111
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	1.226	1.017	72.021	62.330	13.452	11.674	401.070	364.383
EPASA – Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	20.994	6.737	4	-	84.526	79.701
Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço								
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	474	-	-	-	2.234	77
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	161	198	-	-	2.211	2.240	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	17	11	-	-	2.256	2.148	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	2	-	-	3.352	1.991	1	-
EPASA – Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	-	184	392	-	-
Contrato de Mútuo								
State Grid Brazil Power Participações S.A.	-	-	2.409.545	-	-	-	38.056	-
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio								
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	3.545	3.504	-	-	-	-	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	37.090	-	-	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	77.102	59.289	-	-	-	-	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	9.314	3.771

(33) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2020
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais, Lucros Cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de Engenharia e Multirisco	3.442.998
Transporte	Nacional e Internacional	815.059
Responsabilidade civil	Geral, Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica e Riscos Ambientais,	250.078
Pessoas	Vidas em Grupo e Acidentes pessoais	1.378.713
Garantia	Seguro Garantia	5.907.638
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	160.000
Total		11.954.486

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(34) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente, geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo CPFL, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar, dos contratos de venda de energia do empreendimento controlado em conjunto, ENERCAN. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 35.

Adicionalmente as controladas do Grupo estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 35.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelos segmentos de comercialização e serviços através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. No segmento de distribuição, mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco de sub/sobrecontratação das distribuidoras: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual as distribuidoras do Grupo CPFL e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. As distribuidoras podem ficar impossibilitadas de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além de as distribuidoras serem obrigadas a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuírem garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco de mercado das comercializadoras: Esse risco decorre de a possibilidade das comercializadoras incorrerem em perdas financeiras por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras e/ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, que são marcadas ao preço de mercado da energia.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2020 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios. Apesar deste cenário, não se verificou um cenário crítico de suprimento.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas

no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Para os contratos de construção de controladas de transmissão firmados em 2019, o Grupo também está exposto a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de commodities e de insumos, tais como o alumínio necessário para a etapa de construção. Em linha com a sua política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco podem ser utilizadas para reduzir esta volatilidade no fluxo de caixa. Essas estratégias de mitigação podem incorporar instrumentos derivativos, predominantemente operações a termo, futuros e opções.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais o Grupo estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que o Grupo tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(35) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Grupo são como segue:

	Nota explicativa	Categoria / Mensuração		Consolidado 31/12/2020	
			Nível (*)	Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	3.918.796	3.918.796
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	1.872.079	1.872.079
Derivativos	35	(a)	Nível 2	2.084.772	2.084.772
Ativo financeiro da concessão - distribuição	11	(a)	Nível 3	10.347.567	10.347.567
Total				18.223.214	18.223.214
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	18	(b)	Nível 2 (**)	3.395.243	3.393.135
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	18	(a)	Nível 2	8.026.792	8.026.792
Debêntures - principal e encargos	19	(b)	Nível 2 (***)	6.953.029	6.851.907
Debêntures - principal e encargos (**)	19	(a)	Nível 2	495.274	495.274
Derivativos - outros	35	(a)	Nível 3	1.354	1.354
Total				18.871.692	18.768.462

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou um ganho de R\$ 98.965 em 2020 (uma perda de R\$ 127.102 em 2019).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) arrendamentos, (iii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iv) contas a receber – CDE, (v) cauções, fundos e depósitos vinculados, (vi) serviços prestados a terceiros, (vii) convênios de arrecadação e (viii) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (v) consumidores e concessionárias a pagar, (vi) FNDCT/EPE/PROCEL, (vii) convênio de arrecadação, (viii) fundo de reversão, (ix) Contas a pagar de aquisição de negócios, (x) descontos tarifários – CDE e (xi) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve em 2020 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Contratos a termo e futuros são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde esses ativos são negociados, ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, são utilizadas interpolações entre os vencimentos disponíveis.

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$ 388.394 (R\$ 281.340 em 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados na nota 11 e 27.

A Companhia registra no consolidado, em “Investimentos em instrumentos patrimoniais” a participação de 5,94% que a controlada indireta Paulista Lajeado Energia S.A. detém no capital total da Investco S.A., sendo 28.154.140 ações ordinárias e 18.593.070 ações preferenciais, não cotadas em bolsa. O objetivo principal de suas operações é gerar energia elétrica que será comercializada pelos respectivos acionistas detentores da concessão, a Companhia registra o respectivo investimento ao seu valor justo, o qual o custo representa a sua melhor estimativa, uma vez que não há informações recentes disponíveis para apuração do valor justo, em conformidade com o CPC 48/IFRS 9.

b) Instrumentos derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para o período de 2020 e exercício de 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 18 e 19.

Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Adicionalmente, a controlada CPFL Geração contratou em 2020 derivativo de compra a termo de alumínio sem entrega física.

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 23.659 para as dívidas designadas a valor justo e (ii) perda de R\$ 5.534 para outros derivativos

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 18 e 19).

O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2019 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2020	2019	2020	2019
Variação de taxas de juros	32.710	16.559	-	-
Marcação a mercado	6.589	46.243	(3.767)	2.685
Variação cambial	2.336.235	65.424	-	-
Marcação a mercado	31.956	78.829	(16.651)	(148)
Total	2.407.489	207.055	(20.418)	2.537

c) Ativos financeiros da concessão distribuição

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Análise de sensibilidade

O Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado do Grupo. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma o Grupo está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Consolidado					
Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(5.055.257)		(104.866)	1.185.165	2.475.196
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	5.199.669		107.862	(1.219.021)	(2.545.904)
	144.412	baixa dólar	2.996	(33.856)	(70.708)
Instrumentos financeiros passivos	(2.971.534)		(85.240)	678.954	1.443.147
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	3.060.480		87.791	(699.277)	(1.486.344)
	88.946	baixa euro	2.551	(20.323)	(43.197)
Total	233.358		5.547	(54.179)	(113.905)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			1.163	(11.818)	(24.800)
Efeitos no resultado do período			4.384	(42.361)	(89.105)

Instrumentos	Exposição (a) (US\$ mil)	Risco	Receita (despesa) no resultado		
			Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial de 25%(c)	Depreciação cambial de 50%(c)
Termo de Mercadoria (alumínio)	3.989 (d)	baixa alumínio (US\$/ton)	(1)	(3.657)	(4.787)
NDF Dólar	6.349 (d)	baixa dólar	-	(8.218)	(16.437)

- (a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2020 foi de R\$ 5,20 para o dólar e R\$ 6,39 para o euro.
- (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 5,30 e R\$ 6,58, e a depreciação cambial de 2,07% e 2,87%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2020.
- (c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
- (d) Devido às características destes derivativos o nocional está apresentado em dólar norte-americano.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Consolidado							
Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa cenário provável (a)	Cenário provável	Receita (despesa)	
						Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	3.780.421				111.522	139.403	167.284
Instrumentos financeiros passivos	(8.139.650)				(240.120)	(300.150)	(360.180)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(6.707.232)				(197.863)	(247.329)	(296.795)
	(11.066.461)	alta CDI	2,78%	2,95%	(326.461)	(408.076)	(489.691)
Instrumentos financeiros passivos	(163.551)				5.986	7.482	8.979
	(163.551)	alta IGP-M	23,14%	-3,66%	5.986	7.482	8.979
Instrumentos financeiros passivos	(476.404)				(20.914)	(26.143)	(31.371)
	(476.404)	alta TJLP	4,87%	4,39%	(20.914)	(26.143)	(31.371)
Instrumentos financeiros passivos	(4.665.671)				(216.021)	(162.015)	(108.010)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	531.855				24.625	18.469	12.312
Ativo financeiro da concessão	10.347.567				479.092	359.319	239.546
	6.213.751	baixa IPCA	4,52%	4,63%	287.696	215.773	143.848
Ativos e passivos financeiros setoriais	440.686				13.000	9.750	6.500
Instrumentos financeiros ativos	1.563.597				46.126	34.595	23.063
	2.004.283	baixa SELIC	2,78%	2,95%	59.126	44.345	29.563
Total	(3.488.382)				5.433	(166.619)	(338.672)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					1.352	764	178
Efeitos no resultado do período					4.081	(167.383)	(338.850)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros do Grupo. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma "Receita Ajustada", refletindo a percepção do Grupo sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel. A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra do IFRS descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Efeitos da COVID na PDD durante o ano de 2020

Com o objetivo de capturar tempestivamente os efeitos de aumento na inadimplência especialmente por conta da suspensão dos cortes de energia, a Companhia optou por adotar uma mudança no cálculo da PDD nos 2º e 3º trimestres de 2020. No entanto, para 31 de dezembro de 2020 voltou para o critério anterior, conforme detalhado acima.

Importante mencionar que o Grupo permanece acompanhando os desdobramentos da atual crise em seus resultados, buscando avaliar a metodologia que reflita tempestivamente a perda esperada.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pelo Grupo para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa, equivalentes de caixa, Títulos e Valores Mobiliários

O Grupo limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2019 e 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que o Grupo deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2020	Nota explicativa	Consolidado						Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	17	3.902.370	7.100	36	274.120	-	182.550	4.366.175
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora		-	-	2.441.769	-	-	-	2.441.769
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	18	163.434	657.041	3.405.221	5.453.680	3.328.732	2.165.807	15.173.915
Derivativos	35	-	-	1.354	-	-	-	1.354
Debêntures - principal e encargos	19	12.909	326.930	995.740	4.622.061	2.137.546	127.290	8.222.476
Taxas regulamentares	21	107.678	693	-	-	-	-	108.371
Uso do bem público		1.048	3.143	8.382	37.720	25.147	49.188	124.628
Outros	24	76.662	232.920	30.047	3.423	3.423	181.733	528.208
Consumidores e concessionárias		76.331	123.475	44	-	-	177.676	377.526
EPE / FNDCT / PROCEL		188	6.206	28.719	-	-	-	35.112
Convênio de arrecadação		-	102.954	-	-	-	-	102.954
Fundo de reversão		143	285	1.284	3.423	3.423	4.057	12.616
Total		4.264.101	1.227.827	6.882.549	10.391.004	5.494.848	2.706.568	30.966.896

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.3.

(36) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Juros capitalizados	30.131	25.641
Transferência entre imobilizado/ intangível e outros ativos	1.979	1.662
Pagamento de mútuo com dividendo de minoritários	-	81
(Reversão) / Provisão de custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	(32.400)	83.334

(37) COMPROMISSOS

Os compromissos do Grupo relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

Controladas

Obrigações contratuais em 31/12/2020	Duração	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Arrendamentos e aluguéis	até 30 anos	80.835	131.651	105.429	373.515	691.430
Compra de energia (exceto Itaipu)	até 24 anos	12.432.940	24.817.890	24.911.035	33.479.783	95.641.648
Compra de energia de Itaipu	até 24 anos	3.521.714	6.348.651	6.049.060	9.753.380	25.672.805
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 32 anos	3.616.185	8.996.852	10.148.146	21.870.471	44.631.654
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	até 27 anos	28.268	53.706	51.352	222.867	356.193
Projetos de construção de usina	até 4 anos	878.290	265.235	377	-	1.143.902
Total		20.558.232	40.613.985	41.265.399	65.700.016	168.137.632

Empreendimentos controlados em conjunto

Obrigações contratuais em 31/12/2020	Duração	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Projetos de construção	até 5 anos	18.402	11.166	2.245	-	31.812
Encargos de Transmissão e Distribuição	até 16 anos	219.936	485.091	555.899	3.668.630	4.929.555
Repactuação do risco Hidrológico e outros	até 16 anos	66.511	161.293	161.293	421.873	810.971
Total		304.849	657.550	719.437	4.090.503	5.772.338

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

(38) EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 Tributos a compensar - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

Em 09 de fevereiro de 2021, a controlada RGE teve transitado em julgado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª. Região, decisão favorável em processo judicial no qual foi reconhecido o direito à não inclusão dos valores do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente. A Companhia estima o valor a recuperar em aproximadamente R\$ 1,8 bilhões (com base na Orientação da Receita Federal 13/2018) e está avaliando os montantes a serem reembolsados aos consumidores de acordo com os aspectos legais e regulatórios, bem como os respectivos impactos contábeis e financeiros da referida decisão, em conjunto com seus assessores legais.

38.2 Empréstimos e financiamentos – captação

Em março de 2021 a controlada CPFL Piratininga captou recursos através de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 340.000, pagamento semestral de juros e o principal em parcela única em março de 2024. A taxa efetiva da transação é 6,1574%, na qual foi feito contrato de swap com custo atrelado de CDI + 0,69% a.a.. As condições restritivas da operação serão apuradas nas demonstrações financeiras consolidadas da

CPFL Energia semestralmente, sendo: (i) dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

38.3 Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 24 de fevereiro de 2021 determinadas subsidiárias de geração realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 147.777, referentes à passivos relacionados ao GSF, os quais estavam temporariamente suspensos juntos à CCEE em função de liminares judiciais, vide nota explicativa 16.2.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2020 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, e nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 17 de março de 2021, são de opinião que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada em 30 de abril de 2021.

Campinas, 24 de março de 2021.

REPORT OF THE FISCAL COUNCIL

The members of the Fiscal Council of CPFL Energia S.A., in performing their legal and statutory attributions, have examined the Management Report, the Financial Statements for the Fiscal Year 2020 and, with the clarifications provided by the Company's Directors and considering the examinations made and the unqualified report of the independent auditors, dated from March 17th, 2021, are of the opinion that these documents are authorized to be analyzed and voted by the Annual General Shareholders' Meeting to be held in April 30th, 2021.

Campinas, March 24, 2021.

Vinicius Nishioka

Ran Zhang

Ricardo Florence dos Santos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bo Wen

Presidente

Yuehui Pan

Anselmo Henrique Seto Leal

Gustavo Estrella

Antonio Kandir

Marcelo Amaral Moraes

Li Hong

Conselheiros

DIRETORIA

GUSTAVO ESTRELLA

Diretor Presidente

YUEHUI PAN

Diretor Vice-Presidente Financeiro
e de Relações com Investidores

FUTAO HUANG

Vice-Presidente Executivo Sênior (interino)
Diretor Vice-Presidente de Estratégia,
Inovação e Excelência de Negócios

GUSTAVO PINTO GACHINEIRO

Diretor Vice-Presidente Jurídico e
de Relações Institucionais

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO

Diretor Vice-Presidente
de Gestão Empresarial

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO

Diretor Vice-Presidente de Operações Reguladas

KARIN REGINA LUCHESI

Diretora Vice-Presidente de Operações de Mercado

VITOR FAGALI

Diretor Vice-Presidente de
Desenvolvimento de Negócios

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SERGIO LUIS FELICE

Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192767/O-6



KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionistas da
CPFL Energia S.A.
Campinas - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada

Veja as notas explicativas 3.11 e 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que em alguns casos sucedem o período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados tais como, o volume de consumo de energia de cada distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.</p> <p>Devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa do reconhecimento da receita não faturada que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.</p> <p>Analizamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede das distribuidoras, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.</p> <p>Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades.</p> <p>Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de receita com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria.</p> <p>Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do reconhecimento da receita de</p>

	<p>energia distribuída, mas não faturada, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>
--	--

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A.

Veja as notas explicativas 3.12 e 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre diferenças temporárias advindos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A., cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros que são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e em seu plano de negócios.</p> <p>Devido ao grau de incerteza inerente às premissas utilizadas na determinação da estimativa dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas premissas poderem impactar de forma relevante a estimativa dos lucros tributáveis futuros e conseqüentemente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Como parte dos nossos procedimentos de auditoria em relação aos ativos fiscais diferidos da controlada CPFL Energias Renováveis S.A.:</p> <ul style="list-style-type: none"> • avaliamos a documentação sobre o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave implementados pela controlada relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros; • com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a documentação do auditor da controlada relativa às (i) principais premissas especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado e volume e preço de venda de energia; (ii) comparações com os dados disponíveis no mercado utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros e com o plano de negócios aprovado pela controlada; e • discutimos os resultados alcançados e avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação dos ativos fiscais diferidos, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais</p>

	diferidos da controlada, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas tomadas em conjunto, ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
--	---

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com

responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos

todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 17 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

DECLARAÇÃO	STATEMENT
<p>Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcília – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.429.144/0001-93, declaram que:</p> <p>a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da CPFL Energia S.A. de 31 de dezembro de 2020;</p> <p>b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da CPFL Energia S.A. de 31 de dezembro de 2020.</p> <p>Campinas, 16 de março de 2021.</p>	<p>In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities & Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officers and the officers of CPFL Energia S.A., a publicly traded company, with its registered office at Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcília – CEP: 13087-397, Campinas, Estado de São Paulo - Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 02.429.144/0001-93, hereby stated that:</p> <p>a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of KPMG Auditores Independentes on the financial statements of CPFL Energia S.A., of December 31, 2020;</p> <p>b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of CPFL Energia S.A., of December 31, 2020.</p> <p>Campinas, March 16, 2021.</p>

Sergio Luis Felice
 Diretor de Contabilidade
 Chief Accounting Officer
 CT CRC: 1SP192.767/O-6
 CPF: 119.410.838-54

Yuehui Pan
 Diretor Financeiro e de Relações com
 Investidores
 Chief Financial and Investor Relations
 Officer
 CPF: 061.539.517-16

Gustavo Estrella
 Diretor Presidente
 Chief Executive Officer